

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL – PPGAS**

**EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE A
COMUNIDADE SURDA DE SINOP-MT**

FLÁVIO PENTEADO DE SOUZA

**Campo Grande/MS
2023**

FLÁVIO PENTEADO DE SOUZA

**EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE A
COMUNIDADE SURDA DE SINOP-MT**

Dissertação apresentada como exigência
final para obtenção do título de Mestre no
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu
em Antropologia Social da Universidade
Federal de Mato Grosso do Sul

**Campo Grande/MS
2023**

FLÁVIO PENTEADO DE SOUZA

**LÍNGUA, POLÍTICA, EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA: UM ESTUDO
ANTROPOLÓGICO SOBRE A COMUNIDADE SURDA DE SINOP-MT**

Dissertação apresentada como exigência final para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Dra. Flávia Freire Dalmaso

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Avaliador Externo

Dr. José Renato de Carvalho Baptista

INES – Instituto Nacional de Educação dos Surdos

Avaliadora Interna

Dra. Priscila Farfan Barroso

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Campo Grande/MS, 09 de outubro de 2023

*Dedico esta dissertação a comunidade surda de Sinop,
que tanto lutam pela valorização de sua língua, cultura
e identidade em meio a sociedade ouvinte.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que me ajudou dando forças para chegar até aqui.

Agradeço à minha orientadora, a Professora Dra. Flávia Freire, que aceitou me orientar e sempre esteve ao meu lado me incentivando e auxiliando em tudo que precisei. Agradeço por ter abraçado a minha pesquisa, estudando e dialogando comigo sobre a comunidade surda dentro do contexto antropológico, algo que foi desafiador também a ela. Agradeço por todo o carinho e orientação humana que proporcionou durante esses dois anos, sanando minhas dúvidas e me mostrando os melhores caminhos.

Aos meus pais, Edina Penteado e Abraão José de Souza, que me deram forças e incentivo para conquistar esse sonho tão almejado, que me mostraram desde criança a importância da educação e o poder de transformar vidas.

A todos os meus familiares que, direta ou indiretamente, me auxiliaram nesse processo, enviando forças e sempre acompanhando minha formação, comemorando minhas vitórias, mesmo que muitos à distância.

Aos meus interlocutores da comunidade surda de Sinop que aceitaram prontamente fazer parte de meu estudo.

A todos os colegas da minha turma de mestrado, com quem passamos juntos por essa etapa desafiadora em nossa formação.

A todos os professores do Programa PPGAS, por contribuírem para a minha formação, com conhecimentos valiosos e enriquecedores.

À minha avaliadora Profa. Dra. Priscila Farfan Barroso, por ter prontamente aceito colaborar com a minha pesquisa, com valiosos apontamentos durante a qualificação e defesa. Agradeço por todos os ensinamentos proporcionados durante a disciplina de Antropologia da Saúde no PPGAS, o que serviu de embasamento para minha escrita.

A meu avaliador Prof. Dr. José Renato de Carvalho Baptista, por ter prontamente aceito colaborar com a minha pesquisa durante a qualificação e defesa da minha dissertação, contribuindo com apontamentos valiosos sobre o contexto da Libras, Surdez e a Antropologia.

À UFMS, por fazer parte integrante da minha formação acadêmica e pessoal.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender através de um mapeamento antropológico os discursos e as práticas que são produzidas em torno da surdez e das pessoas surdas por Surdos, seus familiares e profissionais da área de saúde e da educação do município de Sinop, em Mato Grosso. Este estudo propõe uma abordagem qualitativa etnográfica a partir dos campos de vivência das pessoas surdas, tais como: escolas, postos de saúde, igrejas e eventos que contam com a participação de Surdos e ouvintes. Os meus interlocutores Surdos se identificam como “pessoas surdas”, isso independente de seu grau de perda auditiva, diferentemente das classificações utilizadas no campo da saúde. As pessoas surdas se caracterizam a partir de sua identidade enquanto falantes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e participantes da Associação de Surdos como uma espécie de comunidade que abriga não somente Surdos, mas também seus familiares e amigos ouvintes e Tradutores Intérpretes de Libras (Tils). Na prática, a concepção sobre ser “Surdo” é precedida pelo autorreconhecimento e o sentimento de pertencimento da comunidade surda, como afirmam meus interlocutores. Em linhas gerais, a partir da Associação de Surdos de Sinop (Assinop), apresento os entrelaçamentos do que é a Cultura, Comunidade e Identidade Surda e o que estes conceitos têm a dizer sobre esses sujeitos que vivem de um modo particular que diverge da identidade dos ouvintes, que são as pessoas falantes das línguas orais. Para meus interlocutores a Assinop é seu principal ponto de referência e por meio dela lutam por valorização de sua língua, a inserção no mercado de trabalho, busca por maior acessibilidade na área da saúde, uma educação inclusiva e humanizadora, promoção de cursos de ensino de Libras para ouvintes e Surdos, entre outras ações.

Palavras-chave: Identidade; Cultura; Comunidade Surda; Assinop; Surdo.

ABSTRACT

This research aims to understand, through anthropological mapping, the discourses and practices that are produced around deafness and deaf people by deaf people, their families and health and education professionals in the municipality of Sinop, in Mato Grosso. This study proposes a qualitative ethnographic approach based on the fields in which deaf people live, such as schools, health centers, churches and events attended by deaf and hearing people. My Deaf interlocutors identify themselves as "deaf people", regardless of their degree of hearing loss, unlike the classifications used in the health field. Deaf people are characterized by their identity as speakers of the Brazilian Sign Language (Libras) and participants in the Association of the Deaf as a kind of community that houses not only Deaf people, but also their hearing family and friends and Libras Interpreter Translators (Tils). In practice, the concept of being "Deaf" is preceded by self-recognition and a sense of belonging to the Deaf community, as my interlocutors say. In general terms, from the Association of the Deaf of Sinop (Assinop), I present the interweaving of Deaf Culture, Community and Identity and what these concepts have to say about these individuals who live in a particular way that differs from the identity of listeners, who are speakers of oral languages. For my interlocutors, Assinop is their main point of reference and through it they fight for the valorization of their language, insertion into the job market, the search for greater accessibility in the health area, an inclusive and humanizing education, the promotion of Libras teaching courses for listeners and Deaf people, among other actions.

Keywords: Identity; Culture; Deaf Community; Assinop; Deaf.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 – Campeonato de Futebol	12
Imagem 2 – Curso de Libras Ceforme	13
Imagem 3 – Tapeçaria (Local provisório da Associação)	23
Imagem 4 – Brasão da Assinop	26
Imagem 5 – Doação do Terreno da Assinop	27

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ASSINOP - Associação de Surdos de Sinop;

CEFORME - Centro de Formação Continuada da Rede Municipal de Ensino de Sinop;

CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde;

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos;

LDB – Lei de Diretrizes e Bases;

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais;

ONU – Organização das Nações Unidas;

PCD – Pessoa com Deficiência;

SBT - Sistema Brasileiro de Televisão;

SINOP – Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná;

TILS – Tradutor Intérpretes de Libras;

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 – O trabalho de campo.....	14
1.2 – Breve histórico da educação da educação das pessoas surdas no Brasil	16
1.3 – O discurso capacitista	20
1.4 – Estrutura da dissertação	23
2. A COMUNIDADE SURDA DE SINOP	25
2.1 Primeiro contato com a Associação de Surdos de Sinop (Assinop)	25
2.2 A Associação de Surdos e os caminhos para sua constituição.....	27
2.3 Comunidade, cultura e identidade surda:	32
2.4 A Assinop e seus entrelaçamentos com a Igreja.....	37
2.5 - Educação.....	40
3. RE(CONSTRUINDO) A IDENTIDADE SURDA PELA PERSPECTIVA DA PESSOA SURDA	42
3.1 A perspectiva antropológica sobre a deficiência	42
3.2 O discurso médico e as práticas produzidas na saúde em Sinop	46
3.3 Lógicas da saúde e lógicas da educação.....	54
3.4 Preconceitos cotidianos	58
3.5 Sobre a “possibilidade de se comunicar de outra forma: A identidade surda e a concepção de deficiência	65
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
BIBLIOGRAFIA.....	73

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo mapear e compreender os discursos e práticas produzidos em torno da surdez e das pessoas surdas por Surdos, seus familiares e profissionais da área de saúde e da educação do município de Sinop, em Mato Grosso. “Surdo” ou “Pessoa Surda” são termos utilizados pelos meus interlocutores Surdos como uma categoria de autoidentificação, uma maneira pela qual eles constroem, ao longo de suas vidas, uma identidade que consideram diferente daqueles que ouvem, chamados “ouvintes”.¹ A maioria deles se vê como parte de uma “comunidade surda” e está organizada em torno de uma associação, a Associação de Surdos de Sinop (Assinop).²

A Assinop promove eventos para divulgar suas atividades, como festas típicas, campeonatos esportivos e cursos de formação em Libras (língua brasileira de sinais), abertos a todos os interessados em aprendê-la. Um dos exemplos dos eventos são os campeonatos de futebol que a Assinop promove todos os anos e recebe diversas associações de Surdos do Estado,

Imagem 1 - Campeonato de Futebol



Fonte: Instagram Assinop, 2022

A Assinop inclui os Surdos e seus familiares ouvintes, mas também profissionais envolvidos com a educação e inclusão social das pessoas surdas,

¹ A partir dos estudos de Padden e Humphries (1988, p.5, tradução minha) fica definida a utilização da palavra “Surdo” com letra maiúscula “quando nos referirmos a um grupo particular de pessoas surdas que compartilham uma linguagem e uma cultura, em oposição, a palavra surdo em letras minúsculas quando nos referirmos à condição audiológica de não ouvir”.

² Todos os termos e expressões nativas estão entre aspas quando utilizados pela primeira vez.

como, por exemplo, docentes e tradutores e intérpretes de Libras, chamados de “Tils”.³

Não tenho Surdos na família. Minha primeira aproximação com o tema aconteceu durante a adolescência quando uma prima chegou da escola trazendo cartões que continham imagens de pessoas fazendo alguns gestos, que era como eu percebia na época os sinais que compunham a Libras.⁴ Depois de alguns anos, aprendi no programa infantil “Bom dia e companhia” que a Libras é uma língua e não uma linguagem e que havia uma lei que a oficializava desde 2002.⁵

Já adulto, ingressei no curso de Pedagogia, onde conheci as pessoas surdas que, posteriormente, me levariam à Assinop. Após a graduação, meu interesse pelo tema aumentou e por isso cursei uma especialização em Libras que contava com a participação de docentes Surdos. Foi uma experiência enriquecedora que agregou diversos aprendizados sobre quem são os sujeitos Surdos e a importância da valorização do que eles denominam como sendo sua “cultura” e sua “identidade”.

Todo esse processo de aproximação gradativa e crescente da comunidade surda de Sinop culminou na minha atuação como docente especializado no atendimento educacional a alunos Surdos da educação infantil e ensino fundamental no município de Sinop, bem como a de tradutor e intérprete de Libras. Ocupar essas funções me permitiu conhecer alguns de meus principais interlocutores, muitos dos quais são, também, integrantes da Assinop.

Desse modo, boa parte do material etnográfico que fundamenta as discussões aqui propostas é proveniente desses períodos em que trabalhei

³ Profissional que estabelece a mediação da comunicação entre Surdos e ouvintes, traduzindo e interpretando a língua de sinais e outra língua alvo da sociedade ouvinte, neste estudo a língua portuguesa.

⁴ Em linguística, a “língua” é considerada um sistema de signos formado pelo sentido e pela imagem acústica (Saussure 2002). De acordo com o artigo primeiro da lei 10.436, a Lei de Libras: “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

⁵ O programa era transmitido pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), sua exibição iniciou em 1993 e segue em exibição, todavia o quadro de Libras ocorreu de 2013 a 2014.

diariamente como professor de educação especial para Surdos,⁶ tendo contato com seus familiares e outros profissionais da educação responsáveis pela sua assistência. A ele somam-se, ainda, o convívio com pessoas surdas possibilitado por outros contextos como, por exemplo, minha participação como membro da Assinop e, também, entrevistas e conversas informais realizadas com profissionais da área de saúde diretamente envolvidos com seu atendimento.

1.1 O trabalho de campo

Durante os anos de 2021 e 2022 procurei me aproximar de um jeito diferente da comunidade surda de Sinop. Assim, além de resgatar eventos passados que ficaram na minha memória durante todo o tempo de convivência com os Surdos de Sinop, passei a conversar mais com as famílias dos alunos a quem atendo nas escolas do município e com outros professores, principalmente aqueles que trabalham no Ceforme, que é o Centro de Formação Continuada da Rede Municipal de Ensino de Sinop.

No Ceforme, docentes Surdos e intérpretes ministram cursos gratuitos que são abertos a todos, desde crianças até adultos. Desde 2018, o Ceforme em parceria com a Assinop se dedica ao ensino de Libras para pessoas surdas e ouvintes, desde o nível inicial até o avançado.

Imagem 2 - Curso de Libras Ceforme



Fonte: Instagram Assinop, 2018

⁶ De acordo com a redação dada pelo artigo 58 da lei nº 12.796/2013, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96), a chamada “educação especial” é a “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Os cursos para o ensino de Libras são ministrados por docentes Surdos e os cursos específicos de técnicas de tradução e interpretação, mais voltados para de intérpretes de Libras, são ministrados por Tils.

Nesse espaço, os docentes Surdos ministram os cursos, sendo necessária a formação na área educacional e a proficiência da língua, assim como para Tils que também ministram cursos voltados para a interpretação e tradução.

A Assinop busca profissionais capacitados e competentes para atender a demanda da sociedade, tendo como objetivo promover a inclusão social e acessibilidade aos mais diversos espaços para as pessoas surdas. Propiciando o aprendizado e o conhecimento da Libras a mais pessoas ouvintes, promovendo uma sociedade mais inclusiva.

Durante a organização do material dessa pesquisa pude identificar dois principais enunciados construídos atualmente em torno da surdez: por um lado temos a perspectiva de parte dos profissionais da saúde, como, por exemplo, médicos e os fonoaudiólogos. Por outro, há o discurso elaborado pelos próprios Surdos a respeito de sua condição.

Embora não sejam estanques e nem dotados de uma única posição a respeito do assunto, é comum que esses dois saberes sejam diariamente confrontados por representantes de ambos os lados.⁷ Como veremos, isso se torna, especialmente, visível no campo da educação onde trabalho e, por isso, o espaço escolar aparecerá como lugar privilegiado das análises feitas aqui.

Cabe lembrar ainda que a presente dissertação se constitui num primeiro esforço de reflexão acadêmica sobre um assunto que atravessa meu cotidiano, na medida em que boa parte dos meus interlocutores são antigos conhecidos, integrantes da Assinop ou colegas de trabalho, companheiros na tarefa do ensino de língua portuguesa às crianças surdas nas escolas públicas de Sinop.

Assim, conforme afirma Velho (1978:124), foi necessário, no meu caso, fazer o exercício antropológico de tornar aquilo que me era familiar em exótico

⁷ Não poderia ser meu objetivo aqui esgotar a pluralidade de discursos e práticas em torno da surdez ou das pessoas surdas. Obviamente, não há um consenso nem entre os profissionais da saúde nem entre os sujeitos Surdos que podem sustentar diferentes opiniões a respeito do assunto. Portanto, a ideia aqui é apenas organizar os discursos para que ressaltem as opiniões diversas que interpelam os sujeitos Surdos, mostrando que não são produzidos de forma separada.

desconstruindo os conhecimentos prévios e as naturalizações que tinha a respeito dos Surdos para poder compreendê-lo a partir de seus/suas próprios(as) termos e perspectivas.

1.2 Breve histórico da educação da educação das pessoas surdas no Brasil

O primeiro marco para a educação dos Surdos no Brasil foi a criação do Imperial Instituto de Surdos-Mudos, atualmente, Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), localizado na cidade do Rio de Janeiro. Concebido pelo professor de Surdos francês Ernest Huet (1822-1914), que utilizava o método de ensino preconizado por Charles Michel de L'Épée que foi um defensor do uso da língua de sinais.

A instituição foi inaugurada em 1856 com a anuência de Dom Pedro II e contava com disciplinas como história do Brasil, geografia, língua portuguesa, doutrina cristã e prática de leitura labial.

A ênfase no ensino da língua de sinais no Brasil perdurou até o final do século XIX, sendo interrompido após as repercussões do Congresso de Milão realizado em 1880. Partimos da perspectiva das análises das atas oficiais do congresso realizadas por Vieira et al. (2020) e Silva et al., a partir das transcrições do professor Pasquale Fornari (1981).

Diante disso, o congresso de Milão foi um evento que ocorreu na Itália e reuniu diversos pesquisadores da área da surdez e outros incentivadores da causa, conforme relatam Vieira et al. (2020, p. 07):

Majoritariamente os participantes são religiosos e religiosas que trabalham como diretores(as) ou professores(as) em instituições que cuidam de surdos. O restante dos congressistas se divide em profissionais de outras áreas, como medicina, políticos, jornalistas. Em meio a esse grupo figuram quatro surdos: Claudius Forestier; Felice Carbonera; James Denison; Joseph Theobald. Carbonera é apresentado como surdo-falante e tem sua carta lida no evento, distinguindo-se dos demais que, apesar de terem direito a voto, não são apresentados por Fornari como congressistas que se posicionaram publicamente ao longo das discussões.

Durante o evento foram realizados diversos debates e estudos em torno dos métodos utilizados na comunicação pelas pessoas surdas de diversas

nacionalidades. A natureza das ações do evento não se condicionava simplesmente a uma disputa entre surdos e ouvintes, conforme relatado por Fornari (1881).

O congresso de Milão não teve o objetivo de obrigar a implantação do método oral na educação dos surdos, conforme é observado em diversos relatos de pesquisadores que desconhecem ou não tiveram acesso as atas oficiais do congresso de Milão, mas “sobretudo um espaço em que a partir de dados coletados se poderia inferir o que seria tido como melhor para os surdos” (VIERIA et al. 2020, p. 07).

A programação do congresso tinha como uma das finalidades “conduzir os participantes a uma adesão ao método oral, mas sem nenhum mecanismo coercitivo” ou algo forçado, pois, conforme expressam Vieira et al. (2020, p. 08), a adesão pelo método se deu “pelo contato com a experiência de outros, pela visibilidade de “sucessos” do emprego do método”.

Nesse sentido, compreendemos que houveram discussões e que foram apresentadas evidências positivas quanto ao método oral, reforçando a ideia de que a sua aplicabilidade era uma possibilidade de resultados. Em corroboração a isso, Viera et. al (2020, p. 09) ressalta que:

Milão foi de fato um evento em que se primou por um rigor metodológico, que houve uma discussão em que opositores e defensores se contrapunham, argumentavam, mas a “ópera” estava destinada a um único desfecho. Desde o convite, a escolha dos convidados, o tempo cedido a alguns oradores, a verve do presidente do congresso, abade Tarra, tudo apontava para uma supremacia do método oral, mas não sem várias resistências.

Assim, a partir do Congresso de Milão, ficou mundialmente estabelecido que o método correto para o ensino dos Surdos seria o “oralista”, o que acabou acarretando mudanças também na forma de ensino que era praticada pelo Ines no Brasil, como afirma Strobel (2009). No Ines a abordagem oralista impactou o processo de ensino dos alunos que passaram a ser proibidos de utilizar a língua de sinais.

Para os defensores do oralismo da época, a língua oral era vista como a única forma de comunicação e as pessoas surdas frequentavam centros especiais ou escolas especiais, destinados exclusivamente aqueles considerados deficientes. Através desse método de ensino, os Surdos eram

forçados a aprender a língua oral em detrimento da língua de sinais. O que gerou profundas mudanças, conforme relata Silva et al. (2023, p. 146):

[...] sabemos que após a realização do Congresso de Milão, as línguas de sinais foram proibidas nas escolas, e foi decidida a implantação do método oralista alemão para a escolarização dos surdos em todo o mundo.

Isso gerou diversos prejuízos comunicacionais para as pessoas surdas que, por não ouvirem, encontram dificuldades em reproduzir sons. Esse fator, aliado a um método de ensino punitivo levou muitos alunos Surdos a desistirem de estudar, tornando-se alheios a sociedade.

Especificamente, no Brasil, a visão de que a pessoa surda deveria aprender a modalidade oral da língua predominou até meados de 1980, quando começaram a surgir novas propostas de ensino para essa população como é o caso da chamada “comunicação total”. Conforme explica Lacerda (1998), a “comunicação total” defendia o uso da sinalização, sem deixar de lado a oralização; e do bilinguismo, que enxerga os Surdos como participantes de duas realidades: uma pautada pela Libras e outra pela língua portuguesa.⁸

De acordo com Furtuoso e Giraldeili (2019:06), dentro da proposta de educação bilíngue (adotada atualmente no Brasil), a Libras é vista como sendo a língua materna dos sujeitos Surdos, sua primeira língua, cujos os aspectos visuais compensam de forma eficaz “a falta de comunicação imposta pela deficiência auditiva”.

A Constituição Federal de 1988, conhecida como “constituição cidadã” por ter contado com uma ampla participação de movimentos sociais populares foi a primeira a reconhecer os direitos das pessoas com deficiência no país, englobando os princípios da igualdade, da dignidade da pessoa humana, da liberdade e da cidadania (Brasil, 1988). Poucos anos depois da promulgação da carta constitucional brasileira, em 1994, aconteceria a Conferência Mundial sobre Educação Especial em Salamanca, na Espanha. A “Declaração de Salamanca” procurou estabelecer “diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais” seguindo a tendência mundial da

⁸ A chamada “comunicação total” foi uma concepção metodológica para o ensino de Surdos que surgiu nos Estados Unidos nos anos 1960 e que chegou ao Brasil na década de 80 (Lacerda, 1998).

época que buscava consolidar uma educação inclusiva, principalmente através das escolas.⁹

No entanto, a garantia de inclusão dos Surdos brasileiros em instituições regulares de ensino, não solucionou as barreiras sociais que enfrentavam e que os mantinham excluídos. Professores, gestores e outros integrantes das comunidades escolares não conseguiam se comunicar com estes alunos, o que deixou muito clara a necessidade urgente da implementação de uma estrutura adequada ao atendimento dessa população, começando pela incorporação do ensino da Libras e da contratação de professores bilíngues.

Nesse caso, o fortalecimento do movimento social Surdo, no final da década de 1990, foi fundamental para que tais medidas começassem a ser tomadas. Conforme afirma Brito (2019:03):

Uma geração pioneira de ativistas Surdos passou a reivindicar o direito de as pessoas surdas contarem com a provisão de intérpretes para poderem utilizar a sua forma de comunicação em sinais quando fossem atendidas por instituições públicas e privadas, nas mais diversas áreas, como saúde e justiça, bem como a adoção dessa forma de comunicação na educação dos alunos Surdos que dela necessitassem nas escolas especiais.

Assim, a luta pela garantia de inclusão e acessibilidade passou a ser um dos pilares do movimento social Surdo na época que, apesar de não ter recebido um nome específico, era formado por associações, familiares, pesquisadores e professores Surdos e ouvintes.

Ao mesmo tempo, já no início dos anos 2000, alunos com deficiência começam a ocupar cada vez mais as escolas regulares e as escolas especiais assumem um novo modelo de ensino sendo reestruturadas como centros de educação especial, atendendo as necessidades de aprendizagem, tendo um corpo de profissionais da área da saúde e educação qualificados, algo que as Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), por exemplo, já vinham desenvolvendo desde o final da década de 1950 (Lara 2013; Simões 2014).

As pressões feitas pelos movimentos sociais Surdos culminaram, em 2002, com a promulgação da Lei nº 10.436/2002 que reconheceu a Língua

⁹ Retirado do site: <https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>. Acesso em 17 de fev 2023.

Brasileira de Sinais (Libras) como o meio legal de comunicação e expressão dos Surdos. Segundo Santos e Lacerda (2013:23):

[...] a Lei nº 10.436, reconheceu a Libras, conferindo a ela o *status* de língua oficial brasileira. desse modo, o seu uso pelas comunidades surdas ganhou legitimidade e passou a ser possível, com base na lei, buscar respaldo no poder público para o acesso à educação e a outros serviços públicos através da Libras.

Já a garantia de escolas e classes de educação bilíngues em todos os níveis de ensino foi dada pelo Decreto 5.626/2005 que regulamenta a Lei de Libras. De acordo com o artigo 22 do referido Decreto (Brasil 2005):

As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos Surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de: I – escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos Surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental; II – escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos Surdos e ouvintes, para os anos finais do Ensino Fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes de diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos Surdos, bem como a presença de tradutores e intérpretes de Libras – Língua Portuguesa.

A proposta de uma educação bilíngue toca num ponto relevante para esta dissertação. Na medida em que Libras uma língua com organização gramatical, que dispõe de regras, estrutura, sintaxe e semântica própria e bem definida, é preciso assumir que ela vem acompanhada tanto de visões de mundo, quanto de constituições identitárias e culturais também próprias.

Sendo assim, identidade surda, cultura surda e comunidade surda são expressões que marcam cotidianamente as falas de todos os meus interlocutores Surdos. Geralmente, eles aparecem atrelados a um contexto de luta por direitos diferenciados, como a busca por inclusão e acessibilidade em espaços comumente pensados e planejados por e para a sociedade majoritariamente ouvinte.

1.3 O discurso capacitista

O termo “capacitismo” se refere diretamente ao preconceito e discriminação cometidos contra pessoas com deficiência, ou seja, “é um

neologismo que sugere um afastamento da capacidade, da aptidão, pela deficiência” (Dias, 2013:05). Em um estudo sobre “gênero, deficiência, cuidado e capacitismo” Mello (2014:94) argumenta que:

No caso do capacitismo, ele alude a uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade. É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo, de ter relações sexuais etc.) [...].

O capacitismo não foi produzido pelos próprios sujeitos considerados PCDs, mas cunhado historicamente pela sociedade em geral, mais especificamente pela sociedade ocidental. Segundo meus interlocutores, embora a lógica capacitista seja orientada por uma série de preconceitos sociais, ela está presente em seus cotidianos de diversas formas, seja quando procuram atendimento médico, seja na busca por empregos ou até mesmo entre seus familiares. No entanto, como esse discurso foi produzido e continua sendo reproduzido hoje no Brasil?

Não há registros específicos de quando isso começou, mas sabemos que a humanidade ao longo de sua história de evolução exclui os ditos “diferentes” ou “incapazes”. Quando se trata das chamadas pessoas com deficiência (categoria que inclui pessoas surdas) no Brasil, essa exclusão começa a ocorrer, por volta da década de 1950, mais ou menos no mesmo momento em que se inicia a busca por um corpo perfeito, por um “padrão de homem” e sociedade, sem defeitos, o que já vinha ocorrendo nos Estados Unidos da América, como relatam Mello e Cabistani (2019).

Naquele contexto, pessoas com deficiência foram vistas como possuindo corpos deficitários, com lesões o que os tornavam incapazes para trabalhar ou exercer qualquer outra função social como casar, estudar entre outras. Não haviam leis na época que tratassem sobre a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade em forma geral.

Assim, por volta dos anos de 1960, a deficiência era vista como um conceito mais amplo e relacional, era tida como uma desvantagem, um peso que era carregado, pelos seus “portadores”, termo empregado até então. No Brasil, as PCDs eram excluídas do convívio em sociedade e muitas ficavam retidas a viverem e se relacionarem somente com suas famílias.

“Portador de deficiência” foi um termo, comumente, utilizado sendo empregado até os dias atuais principalmente na área da saúde, transmitindo a ideia de que a pessoa chamada de deficiente porta ou carrega com ela- a sua deficiência.

Em outras palavras, tal ideia aparece diretamente relacionada ao discurso (na época dirigido, principalmente, àqueles que possuíam algum tipo de deficiência intelectual) de que a deficiência era um fardo que não era carregado somente pela pessoa com deficiência, mas também por todos aqueles que conviviam com ela.

Todavia, isso não se restringia somente as deficiências que afetavam o intelecto, mas também às pessoas com surdez que até então, não contavam com o reconhecimento de sua língua e estavam a margem dos interesses de uma sociedade ouvinte que acreditava que a Libras, a língua brasileira de sinais, era uma forma de atraso na comunicação que, inclusive, era reproduzida nas escolas da época.

Como acabamos de observar no tópico acima, após a constituição de 1988 ocorreram avanços no sentido da luta e busca pelos direitos das pessoas com deficiência e foram surgindo escolas especiais que atendiam o público que hoje faz parte do atendimento educacional especializado, uma grande vitória para pessoas que, muitas vezes, não podiam sequer frequentar escolas.

Ainda assim, no período pós constituição e início dos anos 2000, conforme relata Silva (2022), as atitudes capacitistas ainda se apresentavam nos discursos e práticas e as as PCDs não estavam no mercado de trabalho, não ingressavam nas universidades e nem ao menos recebiam o ensino adequado nas escolas desenvolvidos por profissionais habilitados.

De acordo com Silva (2022:01):

[...] As atitudes capacitistas são diversas, um exemplo é aquele que parte da concepção da deficiência como condição que limita o ser humano em sua totalidade, razão pela qual, qualquer conquista, ou atitude emancipatória adotada por pessoas é considerada como um ato de superação.

Esse ponto é importante, pois como pretendo mostrar ao longo do trabalho, apesar dos inúmeros avanços proporcionados pelas leis brasileiras, o dia a dia dos meus interlocutores continua sendo marcado por concepções que

os enxergam como corpos deficitários, incapazes e doentes. É a essa visão que os considera apenas como deficientes que muitos deles se contrapõe, construindo e mobilizando outras formas de se estar e viver no mundo.

1.4 Estrutura da dissertação

Além desta introdução e das considerações finais, esta dissertação divide-se em dois capítulos. No primeiro capítulo, parto da minha convivência com alguns integrantes Surdos da Assinop para refletir sobre a comunidade que se constitui em torno dela.

A Assinop enquanto uma associação representativa da comunidade surda em Sinop tem procurado alcançar cada vez um número maior de participantes e ocupado espaços dentro do cenário educacional, seja através de cursos e formações (como os da Ceforme, já mencionados) ou desenvolvendo projetos abertos a sociedade ouvinte.

Assim, além de apresentá-la, o capítulo um procura estabelecer um diálogo entre a ideia de comunidade, tal como pensada pelos meus interlocutores e a literatura antropológica recente sobre comunidade surda.

Como poderemos ver, aqui um ponto que se destaca na literatura antropológica mais recente a respeito da Surdez é a questão da identidade (Hadder & Keating 2010; Bigogno 2014). Essa discussão é particularmente importante nesses estudos porque aponta, justamente, para a relação construída pelos Surdos entre identidade, cultura e comunidade (Bigogno 2014; Miranda, Gabiel e Mourão, 2019).

Já o segundo capítulo, estrutura-se a partir da ideia de identidade surda tal como entendida e vivenciada pelos meus interlocutores Surdos a partir das noções de “luta” e “resistência”. Como pretendo mostrar, entre meus interlocutores, essa identidade se constrói, principalmente, em oposição a noção de deficiência como uma patologia tal como entendida tanto pelo senso comum, quanto por certos discursos médicos e educacionais.

Em outras palavras, discutirá-se como a surdez que, em alguns casos é apreendida por meio da falta de algo (no caso, da audição), é compreendida pelos Surdos não como uma deficiência em si, apenas uma outra forma de ver e se comunicar com o mundo (Magnani, 2020).

Por fim, nas considerações finais busco retomar os principais pontos e ideias discutidas ao longo da dissertação.

2 A COMUNIDADE SURDA DE SINOP

Neste capítulo procuro contar a história da Assinop focando em episódios protagonizados pela comunidade surda que se constitui no município de Sinop em Mato Grosso. Ao longo do texto, pretendo mostrar como as noções de cultura e comunidade, **frequentemente**, empregadas pelos meus interlocutores são fundamentais na construção de uma identidade própria, diferenciada daquela atribuída por eles, às pessoas ouvintes.

De acordo com meus interlocutores, os primeiros sujeitos Surdos chegaram em Sinop há cerca de 25 anos em busca de trabalho e melhores condições de vida. A Assinop foi fundada no início dos anos 2000 por José e Silvia,¹⁰ um casal de Surdos, quando estes chegaram ao município, vindos de Goiás.

Como mencionei na introdução, atualmente, fazem parte dela, pessoas surdas, seus familiares, profissionais da educação e da saúde que estão em contato direto com os sujeitos Surdos. Segundo apontam Miranda, Gediel e Mourão (2019), estes outros atores estão sempre presentes amparando as necessidades das pessoas surdas, sendo parte integrante da “comunidade” e da “cultura surda”, expressões que serão tratadas com mais detalhes depois de conhecermos um pouco mais sobre a Assinop.

2.1 Primeiro contato com a Associação de Surdos de Sinop (Assinop)

Era uma tarde de sexta-feira quando conheci a Assinop. Fui até lá a convite de Catarina, uma colega que conheci no curso de Libras. Catarina é ouvinte e, atualmente, coordena o setor que trata da educação especial do município de Sinop, além de ser ativista em prol da comunidade surda local. Ela havia me convidado para participar de uma das reuniões da Assinop e fiquei extremamente entusiasmado com a chance de ver como era o local de encontro dos Surdos e poder colocar em prática todo o aprendizado de Libras que estava desenvolvendo no curso que fazia na época.

¹⁰ Todos os nomes utilizados nessa dissertação são fictícios.

Quando cheguei, observei diversos carros, motocicletas e bicicletas estacionadas em frente a uma tapeçaria que, temporariamente, é a sede da Assinop. Depois descobri que a tapeçaria é gerenciada pelos presidentes da associação, Silvia e seu esposo José, um casal de Surdos que, como já mencionado, foram os precursores de sua criação.

Imagem 3 – Tapeçaria (Local provisório da Associação)



Fonte: arquivo pessoal do autor, 2022.

Quando entrei no local, todos olharam para mim. Fiquei nervoso, pois não vi a minha amiga e logo comecei a procurar alguém familiar para me aproximar. Naquele momento, avistei apenas duas mulheres surdas que estudavam pedagogia na mesma universidade que eu.

Cheguei perto delas e logo Paula me deu um “oi” e perguntou: “tudo bem?”. Paula é uma amiga, professora surda de Libras da Assinop. Mesmo com as mãos trêmulas, respondi e tentei colocar um sorriso, ainda que envergonhado, em meu rosto. Virei meu corpo fazendo um movimento de meia lua sinalizando “oi” para todos e me sentei no primeiro lugar vazio que encontrei.

Ali, permaneci estático por cerca de 10 minutos somente observando as movimentações, não conseguia manter a atenção fixa em um único lugar, eram tantas pessoas sinalizando ao mesmo tempo que eu não entendia o que falavam. Naquele dia havia aproximadamente 30 pessoas na Assinop, dentre elas não somente Surdos, mas também familiares de Surdos e alguns intérpretes de Libras.

De repente, escuto uma voz familiar: minha amiga havia chegado! Junto com ela estavam mais quatro pessoas surdas que me cumprimentaram, inclusive uma delas sinalizou algo que até hoje não sei o que significa, e eu apenas sorri e balancei minha cabeça como que confirmando, positivamente, o que ela havia dito.

Antes que pudéssemos continuar a nossa conversa, José o presidente da Assinop, saiu dos fundos da tapeçaria, onde fica sua casa e sinalizou “atenção”. Imediatamente todos voltaram seus olhares em sua direção e Ariene, tradutora e intérprete de língua de sinais, começou a “dar voz” (traduzir o que os Surdos estavam falando para os ouvintes).

Fiquei maravilhado ao ver “ao vivo” uma interpretação em Libras, prestando atenção aos sinais que José fazia e tentando “guardar em minha cabeça”. Tudo era novo e diferente para mim e, somente a partir da tradução de Ariene, entendi o motivo de estarem reunidos naquele dia: precisavam decidir sobre os novos projetos a serem desenvolvidos e sobre a eleição para nova presidência da Assinop.

Conforme cada Surdo se comunicava eu procurava acompanhar o discurso, e alguns sinais e contextos eu já conseguia compreender. Após cada ideia exposta todos votavam levantando as mãos em sinal de aceitação da ideia ou fazendo um sinal com o polegar para baixo se mostrando contrário. Assim, o que fosse proposto era aprovado ou reprovado mediante a decisão positiva ou negativa da maioria dos presentes.

No final da votação passaram uma ata para ser assinada. Eu também assinei e, com esse gesto, me senti parte daquele grupo, como se estivesse no lugar certo. Após este primeiro dia fui participando cada vez mais da associação e colaborando com suas ações coletivas.

2.2 A Associação de Surdos e os caminhos para sua constituição

A Associação de Surdos de Sinop é o principal espaço de trocas de experiências entre as pessoas surdas de Sinop. Fundada no início dos anos 2000, ela também é, na visão de muitos de seus integrantes, um ambiente de lutas, resistências, conquistas de direitos e aprendizado da Libras. Somente no

ano de 2003 a Assinop teve seu registro oficializado primeiramente como “Associação de Surdos e Mudos de Sinop”.

Como já mencionado, meus principais interlocutores, Silvia e José são as pessoas surdas que deram os primeiros passos para construir o que é hoje essa associação. A imagem abaixo é o principal símbolo de identificação da Assinop, o seu brasão. Produzido por um de seus membros, o desenho reproduz a forma de um escudo em referência não só a proteção, mas também os ideais de luta e resistência. Sobre ele estão desenhadas, ainda, duas letras que representam a sinalização da palavra “Sinop”, com as formas das mãos em “S” e “P”. As duas estrelas representam os membros da Assinop.

Imagem 4 - Brasão da Assinop



Fonte: Blog Assinop, 2015

De acordo com Silvia, esse processo de fundação da Assinop foi bem difícil, necessitando de muita luta não só dela com o esposo, mas de vários outros Surdos e ouvintes. Além disso, foi preciso, também, adquirir uma certa competência, que os tornassem preparados para levar a frente tal empreendimento. Em suas palavras:

Em Goiânia eu já participava de uma associação, lá eu era coordenadora, então quando vim para Sinop, percebi que aqui precisava também e junto com meu marido começamos a buscar um jeito de criar, fomos para Cuiabá fazer curso e aprender mais sobre tudo o que teríamos que fazer. A associação foi pensada para ajudar no desenvolvimento dos Surdos, pensando no futuro de todos nós.

Para Silvia, a Assinop é mais do que um espaço físico, pois visa ajudar as pessoas surdas de várias maneiras, como por exemplo, financeiramente ou na

busca por um emprego. Dentro das premissas da Assinop, estão a valorização dos direitos das pessoas surdas e a promoção, para essa população, de melhores condições de vida, saúde, segurança e educação.

Nessa direção, não há um objetivo específico ou uma luta única que a associação defenda, mas uma série de relações construídas que, segundo Silvia, definem “essa família”.

Um dos primeiros registros históricos da Assinop foi a doação, feita em 2008 pela prefeitura de Sinop, de um terreno para a construção de sua sede, conforme mostra a imagem abaixo:

Imagem 5 – Doação do terreno da Assinop



Fonte: arquivo pessoal da Assinop, 2008.

Essa imagem é vista pelos seus participantes como um marco legal do reconhecimento da Assinop perante a o poder municipal, algo pelo qual vinham lutando desde o início dos anos 2000. De acordo com José, nesse terreno os Surdos pretendem construir a sede da associação, mas, por enquanto, apenas o muro que cerca o local foi construído.

Em suas palavras: “juntamos os conhecimentos de todos os Surdos e lutamos para construir a nossa associação”. Para ele, isso é fundamental já que a Assinop contribui de forma significativa para a melhoria da vida de seus membros e tenta lutar pelas pautas necessárias para o desenvolvimento e conquista de todos.

Além disso, como já mencionado, a Assinop é um local de ensino e aprendizagem. Nessa direção, Silvia faz questão de ressaltar que:

A Assinop é importante para o aprendizado dos Surdos, aqui nós os incentivamos a fazer cursos e estudar e dessa forma conseguir um trabalho e não ficar isolado ou ignorante, sem aprender nada, só dentro de casa. Nós chamamos todos para participar: venham fazer parte da nossa Assinop, aqui podemos te ajudar, o que você precisa? Por exemplo, tem um Surdo trabalhando varrendo a rua ou limpando casa e pensa que não pode ter outra profissão, aqui na associação ajudamos a procurar outro emprego a se profissionalizar, fazendo cursos, não só de Libras, mas também a aprender melhor a Libras e assim fazer outros cursos que tenha vontade, diversos cursos. Muitos Surdos não conhecem os seus direitos e não pensam no seu futuro.

Paula, minha amiga, concorda com Silvia. Segundo ela foi a associação que a ajudou em um momento de sua vida no qual ela não tinha nenhuma perspectiva a respeito de seu futuro, conforme salienta abaixo:

Verdade, a associação me ajudou muito, antes eu não tinha perspectiva de nada, sempre estive em meio a minha família ouvinte e isso não me ajudava a aprender sobre quem sou. Quando conheci a associação os meus olhos brilharam e ali pude pensar em mudar a minha vida e ver que eu podia mais, que eu tinha de verdade capacidade, os Surdos me ajudavam e hoje sou professora.

De acordo com seus fundadores, a associação é aberta a todos que queiram somar forças na luta pela educação inclusiva, pela comunidade surda e por sua valorização. Assim, o que se vê na Assinop é a presença de profissionais como educadores de escolas e universidades, pesquisadores da área e familiares das pessoas surdas.

Visando atender as demandas de todos os Surdos de Sinop, um dos seus objetivos, de acordo com José é “trazer a população ouvinte para conhecer quem são os Surdos e o que é a cultura surda”. E, justamente por isso, ele sustenta que a Assinop:

Precisa de todos, ela é aberta para o público em geral, intérpretes, famílias, empresas. Se algum Surdo precisa fazer a identidade, precisa carteira pra viajar ou conseguir algum exame ou emprego, aqui tentamos auxiliar e mostrar aonde precisa ir e de que forma podemos ajudar, é um trabalho em conjunto. Os intérpretes nos ajudam na comunicação em todos os espaços, não só na escola, mas em consultas médicas etc.

Assim, a associação é um dos pontos de encontro da chamada comunidade surda de Sinop. É uma instituição que busca agregar mais pessoas para somar em sua luta e, principalmente para aprenderem a Libras. Como exemplo de sua atuação nesse sentido podem ser citados os cursos de Libras promovidos no Centro de Formação da Rede Municipal de Ensino de Sinop (Ceforme), ¹¹ aos quais a Assinop não só auxilia na sua elaboração e desenvolvimento, como também são seus membros Surdos e Tils que ministram as aulas. Segundo Silvia: “quanto mais ouvintes participarem, mais pessoas vão aprender sobre a língua de sinais e teremos mais espaços inclusivos”.

Atualmente, um número próximo a 150 Surdos, dentre crianças, jovens, adultos e idosos fazem parte da Assinop. No entanto, cerca de apenas 20 deles contribuem financeiramente com ela, sendo considerados seus “membros oficiais”, ou seja, com poder de voto em relação a quaisquer tomadas de decisão necessárias, inclusive, a escolha de seus novos dirigentes que ocorre a cada dois anos.

Algumas vezes, essa distinção entre quem é membro oficial ou não da Assinop acaba gerando mal entendidos e descontentamentos de ambos os lados. Pude constatar isso em 2018, quando ocorreu uma discussão em uma rede social. Na ocasião, vários participantes da Assinop deliberavam a respeito do uso de uma quantia guardada em caixa e acabaram decidindo que a verba seria utilizada para a realização de um churrasco de confraternização.

Entretanto, quando mais de 30 Surdos confirmaram a presença, José gravou um vídeo explicando que somente aqueles que estavam com as mensalidades pagas poderiam estar presentes. Sua atitude acabou gerando uma discussão que durou mais de duas horas, com vários Surdos se posicionando firmemente contra a sua fala, afirmando ser direito de todos participarem do churrasco pelo fato da verba usada ser da Assinop.

Do ponto de vista de alguns, ao levar em conta apenas a questão financeira como determinante de quem é membro oficial ou não, José estaria impossibilitando que as decisões da comunidade fossem tomadas de forma democrática, pois a opinião de mais de 80% da população adulta não estaria sendo levada em consideração. Alguns dos meus interlocutores, por exemplo,

¹¹ Blog do Ceforme: <http://ceforme.blogspot.com/>

se incomodam com o que defendem ser “uma postura pouca aberta a mudanças” representada pelo presidente da Assinop.

Para eles, embora a maioria dos Surdos concorde com tal comportamento, já estaria na hora da Assinop buscar a incorporação de novos projetos, como aqueles voltados para o ensino de práticas esportivas para crianças surdas, já que a maior parte dos espaços desportivos não as aceitam como alunos, por conta da deficiência.

Outro ponto, frequentemente, levantado por alguns dos participantes é o de que os Surdos precisam se unir e promover mais projetos sociais que beneficiem os membros menos favorecidos, algo que certamente causa controvérsias e gera desentendimentos.

Tais situações revelam que apesar dos valores morais de união, ajuda, respeito e companheirismo estejam associados de maneira geral a ideia de comunidade, isso não torna seus participantes livres de conflitos, divergências e desconfianças mútuas entre seus pares surdos.

2.3 Comunidade, cultura e identidade surda:

A “identidade surda”, a “cultura surda” e a “comunidade surda” são os principais pilares que estão atrelados todas as construções representativas de quem são e como são as pessoas surdas. Alguns estudos recentes apresentados, por Magnani (2007) apontam distinções importantes para compreendermos as pessoas surdas. Segundo o autor (idem:02), “as distinções que se fazem são de outra ordem, e os termos habitualmente utilizados são “comunidade surda”, “cultura surda”, [...] “identidade surda”.

Ainda sobre isso, Bigogno (2013: 14) diz que “categorias como “identidade surda”, “comunidade surda” e “cultura surda” aparecem em diversos textos nativos ou de profissionais de outras áreas, mas de forma naturalizada, mesmo em textos acadêmicos”. Utilizaremos para construção destas categorias obras de vertente antropológica e educacional.

Nesse campo de estudos, apresento os papéis sociais desses sujeitos, seja em seus grupos de vivência (comunidade surda) ou em relação a sociedade ouvinte. Com isso, “compreender os Surdos como um grupo, é chave para esta

discussão”. Saber ouvir a pessoa surda e compreender seu discurso (Bigogno, 2013:03).

No final de 2021, resolvi fazer uma visita a tapeçaria que funciona como sede da Assinop. Naquele dia, Silvia estava sentada numa mesa na recepção logo na entrada da loja, enquanto Paula e José produziam recortes de tecido para fazer um tapete.

De acordo com José, sua esposa e ele se conheceram em Goiânia e logo resolveram se casar, mudando-se para Sinop para “buscar uma vida melhor”. Silvia nasceu em Goiás, e, segundo ela, a vida lá era muito diferente da que se deparou quando chegou em Sinop, principalmente porque, como disse, não tinha toda a compreensão que tem hoje em relação a ser surda. Nesse sentido, enxerga uma transformação, no decorrer de seu aprendizado, entre as suas relações com os demais surdos.

Segundo Gediel (2010), que realizou uma pesquisa entre 2005 a 2007 com membros de uma associação de surdos em Porto Alegre, as pessoas surdas se tornam “culturalmente surdas”. E isso se dá pela inserção dessas pessoas no espaço social da comunidade surda, onde aprendem e se comunicam pela língua de sinais e se relacionam com seus pares, outros Surdos. Nas palavras do autor (idem:32):

Os surdos se identificam como pertencentes a uma cultura diferente, configurada por apropriações específicas em relação aos significados atribuídos às formas de relacionarem-se e experienciarem o mundo.

A cultura surda foi criada pelas comunidades surdas em meio a sociedade ouvinte, mas qual é essa cultura? Segundo Oliveira (2014) que pesquisou as diferenças identitárias e culturais entre Surdos e ouvintes numa comunidade linguística no Piauí, a cultura surda está ligada à sua produção, manifestação e expressão.

Tal definição combina com as ideias defendidas por Judite, docente surda da área de letras e integrante da Assinop. Para ela, a cultura surda gira em torno das trocas e relações de proximidade entre os sujeitos Surdos, sendo tudo o que é produzido pelos sujeitos Surdos, desde a sua forma de se comunicar até a sua percepção de mundo que diferentemente do que ocorre com os ouvintes, não é captado pela audição.

Em outras palavras, meus interlocutores, ao se identificarem como Surdos, alegam possuir uma cultura própria distinta da cultura dos ouvintes, sendo a surdez entendida como uma “cultura diferente que dispõe de signos e significados próprios”. (Gadiel, 2010:28).

Como mostra Bigogno (2014) o fato de possuir uma língua visual e não oral (o que torna difícil a comunicação na maior parte dos espaços sejam estes públicos ou privados) é vista pelos sujeitos Surdos como um traço de sua identidade, fruto de uma longa produção social, cultural e política da comunidade surda.

Ainda segundo essa autora (idem), na concepção dos sujeitos Surdos, identidade, cultura e comunidade são três pontos que estão direta ou indiretamente ligados, não sendo possível definir um termo sem fazer relação ao outro.

Em meu convívio dentro da Assinop percebi que a cultura surda é associada às práticas sociais e políticas de seus membros, bem como as reivindicações em relação a busca por direitos. Aqui a noção de comunidade se revela fundamental, sendo o ponto de referência para a construção da identidade reconhecimento desses sujeitos como apontado por Bigogno (2013).

Segundo Thoma (2006), o termo “comunidade” começa a aparecer em meados de 1940 quando pessoas surdas que já se organizavam em grupos passam a utilizá-la em seus protestos contra o modelo de ensino predominantemente utilizado na educação da população surda na época, que como vimos, era o oralismo. Naquele contexto, Gadiel (2010:18) aponta que:

Os Surdos começam a criar suas próprias comunidades, compostas por grupos de pessoas que utilizam a mesma forma de comunicação, diferente da oralização. Dessa maneira, eles passam a entender e compartilhar significados sobre as particularidades do que é ser surdo.

Para Bigogno (2013), Gadiel (2010), Pereira (2014) e Silva (2010), as comunidades surdas assumem, dessa forma, um papel fundamental na formação das identidades dos sujeitos Surdos e isso constrói paralelamente aspectos de uma cultura surda. Assim, nas comunidades surdas, as pessoas compartilhariam as mesmas peculiaridades e as mesmas formas de produzir e dar sentido ao mundo em que vivem.

A primeira vez que escutei a expressão “comunidade surda” estava em uma aula de um curso de Libras. Naquele dia, o professor surdo Francisco, que atua na formação de professores de Libras da rede municipal de ensino de Sinop, contava para os alunos que a comunidade surda da cidade estava organizada em torno de uma associação.

Segundo ele, a comunidade surda de Sinop “nada mais é do que uma família”, pois vivencia um processo colaborativo e afetivo, no qual “um conta com o outro em tudo o que precisa”, além de “falarem a mesma língua”. Para Gadiel (2010:14) é o “estabelecimento de uma linguagem que permite a socialização, e para os surdos está ocorre a partir da Libras”.

Essa constituição do sentido de comunidade como família também pode ser vista no estudo de Pereira (2014) quando discute sobre as diferenças entre Surdos e ouvintes em Várzea Queimada, no Piauí. Como relata o autor (idem:113), neste lugar, as pessoas surdas se organizam a partir do que chamam de “vila” - “um espaço de socialização e de morada, local onde os habitantes construíram suas casas e passam grande parte do seu tempo”.

Dessa forma, tanto “vila”, quanto comunidade, além de serem um ponto de encontro para a realização de diversos eventos, também remetem a um senso de pertencimento local e familiar fundamentais para a construção de uma percepção sobre o que é ser Surdo.

Em meu campo, por exemplo, compreendi que a existência da comunidade surda em Sinop foi crucial para Paula. Ao contar sobre sua vida, ela lembra que não conhecia nenhum Surdo antes de se mudar para a cidade e que foi criada sem qualquer contato com a Libras, interagindo com sua família através de sinais caseiros que somente eles entendiam.

Ainda de acordo com Paula, apenas na adolescência, quando chegou em Sinop e soube da associação “se reconheceu como surda”, isto é, apesar de compreender que não se comunicava como os outros, descobriu que não era ouvinte como as demais crianças com as quais convivia.

Ou seja, não é pelo fato de ter nascido surda que Paula tem uma identidade surda, isso é uma construção social e, apenas no momento que se inseriu no contexto social surdo, que se descobriu enquanto pessoa surda com uma identidade surda. Em contribuição a isso Santana e Bergamo (2005:567), relatam que:

A maioria dos estudos tem como base a ideia de que a identidade surda está relacionada a uma questão de uso da língua. Portanto, o uso ou não da língua de sinais seria aquilo que definiria basicamente a identidade do sujeito, identidade que só seria adquirida em contato com outro surdo.

Assim, a constituição identitária dos sujeitos é moldada pelo espaço social e as interações com os indivíduos, seus pares, como aconteceu com Paula. Quando começa a aprender mais sobre a língua de sinais e a se comunicar passa assumir um novo modo de vivência, pois começa a perceber o mundo por meio de uma cultura visual, em contato com outros surdos, conforme relatam Santana e Bergamo (2005: 567-568).

O que ocorre, na verdade, é que, em contato com outro surdo que também use a língua de sinais surgem novas possibilidades interativas, de compreensão, de diálogo, de aprendizagem, que não são possíveis apenas por meio da linguagem oral. A aquisição de uma língua, e de todos os mecanismos afeitos a ela, faz com que se credite à língua de sinais a capacidade de ser a única capaz de oferecer uma identidade ao surdo.

A comunidade de Surdos que frequentava a associação neste período, fez com que ela se sentisse acolhida e é, em suas próprias palavras, “uma segunda família”, com a qual pode se sentir à vontade e se expressar. Tal situação também foi identificada por Pereira (2014) quando afirma que a maioria das pessoas surdas nascem entre famílias de ouvintes que, nem sempre, se comunicam em Libras.

Segundo o autor (idem), isso faz com que os Surdos construam “famílias” com seus pares, aqueles com quem compartilham a mesma cultura. Assim, da perspectiva dos meus interlocutores, sua comunidade é organizada “como se fosse uma família”.

Nesse sentido, a comunidade é vista como promotora de vínculos dentro do grupo que compartilha e troca experiências, fortalecendo esses vínculos. Apesar disso, é importante lembrar que ser como uma família ou, como vimos nas palavras de Paula, “uma segunda família”, não significa que essa comunidade não seja marcada, como vimos anteriormente em relação a própria Assinop, por tensões e conflitos, na medida em que estes são parte integrante das relações sociais, tal como nos lembra Comerford (1999).

Segundo o próprio José, há muitos Surdos, por exemplo, que não desejam se tornar membros da Assinop por não enxergarem nela um ambiente de trocas de experiências e de aprendizagem, ou porque não a aceitam como sua representante legal. Para Silvia, essas pessoas “afastadas da militância e do engajamento” agem como se fossem “ouvintes” já que não dão a devida importância a associação que os acolhe.

2.4 A Assinop e seus entrelaçamentos com a Igreja

Falar sobre a história da Assinop é contar também sobre a história dos entrelaçamentos de seus fundadores com a religião, mais, especificamente, com a igreja evangélica. Segundo Silvia, quando chegou a Sinop, foi por meio da igreja que começou a ter contato com intérpretes de Libras, e posteriormente, com outras pessoas surdas do município.

Em meados dos anos de 1990, ela e José, passaram a frequentar uma denominação Batista local após conhecerem Joana, uma jovem missionária formada em teologia e letras, que chegara recentemente do Sul do país e que atuava como tradutora e intérprete de Libras durante os cultos.

Como nos mostra Silva (2010), além de funcionarem como um espaço de ensinamento religioso, as comunidades construídas pelos missionários também produzem materiais com registros das línguas de sinais, valorizando, portanto, a língua dos sujeitos Surdos. Assim, a relação ente Surdos e ouvintes nessas comunidades missionárias é também uma forma de troca de experiência linguística, em que ambos aprendem juntos (Silva, 2010).

Joana não é surda e conta que aprendeu a Libras em um curso de formação oferecido pela igreja que frequentava enquanto morava no Rio Grande do Sul. Segundo ela, logo que chegou em Sinop buscou por pessoas surdas e tentou “se inteirar desse assunto” no contexto local.

Nessa época, em Sinop, havia Surdos que já se encontravam em pequenos grupos, no entanto não existia, oficialmente, uma associação e não havia participação de ouvintes fora os familiares dos próprios Surdos. Joana explica que:

Em 1993 encontrei os Surdos aqui em Sinop, e senti o chamado e

comecei a convidá-los para fazerem visitas na igreja que eu congregava e lá eu interpretava para eles.

Também foi durante um culto que Paula conheceu Silvia e José. Assim, a igreja tem um papel fundamental e uma atuação histórica com as comunidades surdas, sendo, muitas vezes, os locais onde é possível encontrar os intérpretes e atividades voltadas para essa população como o ensino de música em Libras, dentre outras.

Como ressalta Costa (2010) em sua pesquisa sobre a sociabilidade de pessoas surdas em Curitiba e, Silva (2010) a respeito das atividades missionárias entre esses sujeitos, a igreja acaba atuando como um local de acolhimento para as pessoas surdas, de fortalecimento e vínculo com o sagrado. Paula era adolescente e mantinha contato com outros Surdos apenas na escola quando Silvia e José a notaram nos cultos. De acordo com seu relato:

Eles me viam na igreja e insistiam para eu participar da associação, na época eu tinha 14 anos e de tanto insistirem eu parei para conversar. Silvia me fez uma pergunta um dia, me questionou se eu era surda e disse que eu era como ela. Aquilo me fez ficar curiosa, parei para refletir sobre minha identidade, algo que antes eu não havia parado para pensar, eu só convivia em meio a ouvintes. A realidade surda que conhecia era só a minha e o pouco convívio na escola, mas participar de um ambiente que era próprio dos Surdos eu nem imaginava que isso existia aqui em Sinop.

Atualmente, a igreja que Paula frequentava e onde conheceu outros Surdos não possui mais tradutores e intérpretes de Libras e os Surdos de Sinop encontram-se divididos entre outras denominações evangélicas presentes na cidade.

Segundo Silvia, a convivência com Joana foi crucial para que fossem dados os primeiros passos em direção a uma busca mais efetiva pelos direitos das pessoas surdas e, conseqüentemente, oficialização da Assinop, em 2003.

A importância da atuação dos Tils, assim como de outros sujeitos ouvintes para a construção daquilo que vem sendo entendido como “comunidade surda” em várias partes do Brasil tem sido notada por uma série de autores (Pereira 2014; Bigogno 2013; Magnani 2007; Gediel 2010). Nas palavras de Bigogno (2013:33), por exemplo:

Então, entendermos que a comunidade surda de fato não é só de sujeitos Surdos, há também sujeitos ouvintes – membros de família, intérpretes, professores, amigos e outros – que participam e compartilham os mesmos interesses comuns em uma determinada localização.

Além disso, conforme o relato de Larrisa, “os Surdos aqui de Sinop conheciam os sinais do Mato Grosso e eu os do Rio Grande do Sul, então fomos fazendo trocas e aprendendo juntos, foi muito gostosa essa experiência”. Isso aponta que, assim como o português falado, a Libras também está sujeita às variações linguísticas regionais, tais como sotaques, palavras que expressam outros significados e/ou várias palavras para representar um mesmo objeto, fruto, animal etc.

Em outras palavras, a Libras é uma língua viva que se modifica de acordo com os diferentes costumes, com as trocas culturais e com o passar do tempo, (PEREIRA, 2014). Dessa maneira, pode-se entender que essas trocas de experiências linguísticas entre a região Sul (representada aqui pela forte atuação de Joana na cidade) e os Surdos de Sinop atribuem novas expressões linguísticas para a Libras difundida no município que passa a incorporar uma gama de novos sinais e expressões ao banco de sinais que já eram utilizados pelos Surdos e os Tils no seu dia a dia.

Apenas em 2021 conheci Joana pessoalmente. Depois de ter deixado Sinop e passado vários anos no sul do país, ela acabara de retornar à cidade, após sentir o que explicou como sendo “um chamado de Deus”. Logo que chegou Joana buscou reencontrar seus amigos Surdos e convidá-los para irem até a sua igreja, a mesma em que fazia as interpretações dos cultos há quase 20 anos. Segundo Silvia:

Fiquei muito feliz em ver Joana novamente em Sinop, desde que ela havia ido embora há anos eu não fui mais em nenhuma igreja. Quando vi ela em minha casa novamente eu percebi que era hora de voltar a igreja.

Assim, estar na igreja é visto pelos meus interlocutores como algo fundamental. Ela é considerada como um espaço de relações e constituição de grupo de pessoas que se unem em prol de uma causa, nesse caso, a fé. Assim, o papel do intérprete de Libras é essencial para promover a comunicação entre os Surdos e o pastor e vice-versa, conforme notou Bigogno (2014:10):

Esses profissionais traduzem em Libras para uma ou mais pessoas surdas o que falou uma pessoa ouvinte através de palavras ou, através de palavras, diz a uma ou mais pessoas ouvintes o que sinalizou em Libras, uma pessoa surda.

Os cultos da igreja Batista onde Joana trabalha como Tils, ocorrem três vezes na semana, mas geralmente os Surdos frequentam aos domingos à noite. Atualmente ela desenvolve esse trabalho sozinha o que na opinião de Silvia é um sofrimento principalmente por conta do tempo em que a amiga passa interpretando. Segundo ela, “Joana fica sozinha interpretando, 2 ou 3 horas dependendo do culto e vejo que ela sofre, deve doer seus braços, mas infelizmente não temos ninguém para ajudar”.

Apesar disso, Joana explica que é sua “vocação”, seu chamado evangelizar através da palavra de Deus e que interpretar sozinha por enquanto é uma condição que logo mudará pois está procurando envolver mais pessoas para fazer a interpretação: “Deus está preparando mais pessoas”. Nessa direção, a ideia para os próximos meses é desenvolver cursos em parceria com a Assinop para preparar futuros intérpretes e pessoas que queiram aprender a se comunicar com os Surdos.

2.5 Educação

Assim como Silvia e Paula, José também se reconhece nas situações retratadas pelos autores citados no tópico anterior. Antes de conhecer Silvia, ele já trabalhava com a tapeçaria de sua família e nesse espaço tinha contato com outros Surdos, isso era algo familiar.

José participava de uma associação no Paraná onde viveu aproximadamente 35 anos e frequentemente se reunia para jogar futebol, prática que, aliás, mantém até hoje. Ele tinha uma sociedade junto com seus pais e desempenhava diversas funções na pequena empresa autônoma de tapeçaria. De acordo com José:

Minha família nunca aprendeu totalmente a Libras, me comunicava no começo de forma mais caseira, inventaram alguns sinais e dessa forma fomos levando a vida. Quando mais adulto aprendi a Libras de verdade, assim como ler e escrever na escola, mas não é algo como hoje nós temos, nem sempre tinha alguém para me ajudar a entender o que os professores falavam. Eu nessa empresa da família me

comunicava através da escrita em papéis ou alguém da minha família me ajudava tentando explicar o que deveria ser feito, da mesma forma que é hoje.

Por meio de seu relato, fica claro o sentimento de felicidade e pertencimento ao falar de sua história e mostrar o que conquistou. José afirma que isso tudo que passou não é algo que o “coloca para baixo” ou o deixa triste, mas sim o faz refletir sobre suas conquistas e superações. Em seus próprios termos, ele descreve sua vida como um processo de “resistência, superação e representação”. Por mais que houvesse momentos difíceis, ele os encarava como um estímulo para aprender mais, trabalhar e conquistar o que queria.

Isso me faz recordar o trabalho *Debatendo Deficiência: ser, estar, tornar-se? Questionamentos a respeito do uso de uma categoria*, de Pedro Lopes (2014), que argumenta que as barreiras e dificuldades que precisam ser enfrentadas e superadas pelos sujeitos considerados deficientes durante o processo de formação de sua identidade como pessoa são formas de fortalecimento.

Segundo esse autor (idem:08): “[...] ao identificar as barreiras sociais a serem removidas” os grupos sociais, tem se fortalecido e todos os obstáculos “têm sido instrumentalmente efetivos na luta das pessoas deficientes”. Da mesma forma, José enxerga as barreiras e dificuldades impostas pela sua condição de Surdo, como propulsoras para seu sucesso. E, para Paula, justamente a Assinop desempenha um papel fundamental em todo esse processo. Segundo suas próprias palavras:

A associação de Surdos cria meios para que os Surdos aprendam e se desenvolvam. Pode ser com cursos ou nos eventos que realizamos. A associação funciona como promotora de aprendizagem. Os Surdos aprendem lições importantes para suas vidas e não só a se comunicar em Libras.

Ainda segundo ela, a Assinop assume um papel que vai além de promover a interação entre os sujeitos, atuando como um meio de interlocução do Surdo com a sociedade ouvinte e através dela propicia a formação social como símbolo de resistência. Como exemplo dessa força de atuação da Assinop na vida dos sujeitos Surdos, Silvia e Paula destacam a própria trajetória da última. Participante ativa da associação desde a adolescência, Paula conseguiu

frequentar uma faculdade e acabou se tornando professora, profissão que, como já mencionado, se dedica atualmente.

Nesse sentido, a Assinop surge, assim como outros espaços educacionais voltados para pessoas surdas, como um lugar de promoção de aprendizado, uma conquista por parte dos movimentos das comunidades. Um lugar de resistência, assunto que será tratado no próximo capítulo.

3 RE(CONSTRUINDO) A IDENTIDADE SURDA PELA PERSPECTIVA DA PESSOA SURDA

Neste capítulo, pretendo iluminar alguns debates em torno da ideia de deficiência. Nele procuro confrontar duas lógicas com as quais meus interlocutores tem que lidar diariamente: a primeira guiada pelo senso comum e pelo discurso dos profissionais da área da saúde de Sinop que entendem a surdez como um defeito, uma falha de um sistema corporal que deveria seguir certos padrões para ser considerado pleno.

Sob essa lógica, um corpo surdo é deficiente, pois falta-lhe a capacidade de escutar como a maioria das outras pessoas tomadas como normais. A segunda lógica tem a ver com a própria visão dos meus interlocutores sobre esse assunto. Como apresentado, para além do desrespeito e preconceito que sentem quando precisam de atendimento médico, educacional ou na procura por empregos há o fato de nem sempre se enxergarem como deficientes o que revela não só possíveis tensões entre esses dois discursos, mas, também aponta para outras formas criativas de se estar no mundo.

3.1 A perspectiva antropológica sobre a deficiência

Apesar de existirem estudos mais específicos sobre surdez, como apresentado no primeiro capítulo, estes, giram principalmente em torno das discussões sobre comunidade e identidade sendo denominadas como “estudos sobre deficiência”.

Pesquisas realizadas por Rapp & Ginsburg (2013) e Mello, Aydos e Schuch (2022) mostram que a perspectiva antropológica para a deficiência se

identifica com um modelo social que diferencia a visão médica da educacional. Esses estudos são marcos para repensar a presença das pessoas com deficiência na sociedade e a mudança da visão capacitista, tal como exposto na introdução, para um olhar que enfatiza os aspectos políticos e sociais.

Boa parte da literatura antropológica sobre a surdez encontra-se inserida no campo dos estudos voltados para a questão da deficiência. Por isso, lanço os questionamentos: De que maneira a antropologia percebe as pessoas com deficiência? Quais as principais discussões em torno da temática? O que é ser deficiente? Tais perguntas funcionarão como uma espécie de guia neste trabalho.

A categoria deficiência aparece em diversos campos de estudos, que, em geral, partem da noção de “pessoa com deficiência”, para perguntar: o que é a deficiência e como essa categoria se desdobra e assume outras perspectivas, variando de acordo com a época e a sociedade. Esse fenômeno não é somente antropológico, isso ocorre na área da educação, saúde, religião, entre outras.

Por ser professor, inserido no contexto educacional do ensino de pessoas com deficiência, percebo que esse campo trata a deficiência como uma condição da pessoa que pode ser atribuída ao sujeito por uma causa natural ou adquirida, de curto ou longo prazo.

Isso gera implicações e/ou barreiras e necessita de atendimento específico no espaço de ensino, possibilitando acessos a políticas públicas e direitos, conforme o que ressaltam Santos et al. (2013). Todavia, analiso que essa não é a compreensão dos outros campos de estudo pelos quais são interpeladas as noções de deficiência, sendo esse é um olhar específico do cenário educacional.

Dentro da antropologia, percebo que a noção de deficiência não é a mesma. A diferença é algo muito recente, que passou a ser tratado por volta dos anos 80 com o surgimento de uma perspectiva denominada de *Disability Studies* (Estudos da Deficiência). Desse modo, as ciências sociais passaram a perceber na “deficiência uma importante categoria analítica para a compreensão da própria humanidade” (PICCOLO, 2013:105).

Atualmente, a antropologia observa a deficiência como uma categoria analítica que advêm das experiências humanas, que ultrapassam a noção de saúde e doença (como no campo da saúde) ou as práticas de ensino e inclusão

(como recorrentemente encontrado no âmbito da educação). Nesse sentido, a perspectiva antropológica avança porque apresenta uma percepção para além da noção do corpo e analisa a “deficiência” como uma categoria de performance dos sujeitos, que pode ser identitária, social e política.

Isso ocorre como consequência do que foi estabelecido em 1981 pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o “ano internacional das pessoas com deficiência, acrescido pelo já corrente entendimento da deficiência como experiência humana de vital importância” (PICCOLO, 2022:110).

Para Lopes (2022:299), é necessário que a antropologia venha a discutir a noção de deficiência “a partir da diferença”, ou seja que a deficiência venha a ser analisada por uma perspectiva de que ela torna as pessoas diferentes e que essa diferença tem suas potencialidades e desdobramentos.

Nesse mesmo sentido, Dias (2020:195) contribui dizendo que “[...] precisamos ocupar a antropologia com a multiplicidade da deficiência e ocupar a multiplicidade da deficiência na antropologia. Nada mais será como antes”. A afirmação de Dias (2020), aponta para a necessidade de se perceber as pessoas e a sociedade por novas perspectivas e para a existência de outras condições que afetam os meios e modos de produzir a identidade dos sujeitos.

A partir dos estudos das antropólogas Rayna Rapp & Ginsburg (2022), a antropologia, no final da década de 80, passa a ter um olhar para a deficiência. Assim, inauguram-se os estudos da deficiência citados anteriormente, sendo uma das principais contribuintes para “o modo como a antropologia estuda reprodução, gênero e deficiência” (FIETZ, 2022:357).

As autoras passam a estudar a categoria da deficiência atrelada a questões de reprodução, pelo fato de serem pesquisadoras da área do “gênero e reprodução” na antropologia. E, a partir de uma experiência pessoal de maternidade de uma criança com deficiência de uma das autoras, acabam percebendo que a deficiência era uma questão latente e que ela se incorporava em diversos campos da vida dos sujeitos.

Diante disso, combinando os campos de estudo (reprodução e deficiência), embarcam em um contexto que até então era desconhecido na antropologia, de acordo com que afirmam em entrevista concedida a Helena Moura Fietz para a revista Horizontes Antropológicos em 2022.

Naquele momento, a deficiência passa a fazer parte dos estudos que envolviam a análise do sujeito. Neste panorama, começam as reflexões sobre as questões inerentes à deficiência e o olhar sobre as múltiplas identidades criadas a partir dessas vivências. Todavia, essa incorporação dos estudos da deficiência não se restringe aos modos de vida, mas também a análises biológicas e genéticas.

Na mesma entrevista realizada por Fietz (2022:365), Rapp e Ginsburg afirmam que a noção de deficiência nem sempre foi a mesma e ela passou/passa por contantes mudanças:

[...] é diferente em diferentes décadas ou gerações, mas a interseccionalidade da deficiência não só com gênero, mas com diferenças baseadas em classe, raça, etnicidade, religião e linguagem, é contínua. Nenhuma dessas coisas está indo embora, elas são reproduzidas.

Para Piccolo (2022:108), “nada há de natural na experiência da deficiência, muito pelo contrário, é um fenômeno social total”, que “invariavelmente desdobrar-se-á em temas como preconceito, liberdade, autonomia, socialização, inclusão, questões de identidade, crenças e representações corporal”, ou seja, os estudos serão afetados por outras concepções, que se desdobrarão em questões culturalmente produzidas.

Assim, a categoria deficiência, de certa forma, apresenta-se como uma construção social e cultural que está para além do próprio sujeito. É um fenômeno histórico e relacional que se reconstrói com o passar do tempo e contexto.

Com isso, começam a surgir movimentos sociais ligados a reivindicações e luta pelos direitos das pessoas com deficiência, o que também impactou no campo de estudo antropológico. O que se difunde em uma outra mudança e passa-se a discutir a deficiência a partir de um “modelo social”, como apontam Mello, Aydos e Schuch (2022).

De acordo com Olivier (2004), o modelo social passa a olhar a pessoa com deficiência como parte integrante da sociedade e não como sujeitos alheios aos espaços de vivência, o que anteriormente era baseado na exclusão dos ditos “diferentes”. Nesse sentido, essa concepção vem atrelada às concepções de leis

em forma de políticas públicas e em movimentos sociais, a pessoa com deficiência como um ser socialmente construído.

Para Mello, Aydos e Schuch é preciso mudar a perspectiva em relação a compreensão da pessoa com deficiência, para que não seja vista a partir de um olhar de incapacidade e de um ser que possui dificuldades que precisam ser resolvidas e/ou curadas. É preciso romper com a perspectiva que olha somente para o corpo ou para as barreiras sociais enfrentadas diariamente pelos sujeitos deficientes. Diante disso, as autoras (2022:16) afirmam que:

É necessária uma abordagem interacionista, no sentido de contemplar a interação entre biologia e contexto social, entre fatores individuais e ambientais, o que corresponde ao “modelo biopsicossocial” de avaliação da deficiência, baseada na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) desde 2001.

O modelo biopsicossocial faz um atravessamento que advém das relações estabelecidas pela saúde, voltadas para a compreensão da pessoa a partir de aspectos sociais atrelados a características biológicas, psicológicas e sociais. Para o modelo biopsicossocial, se a pessoa é considerada deficiente ela é destinatária de políticas públicas e sociais, a fim de garantir seus direitos, que muitas vezes, são questões básicas como saúde e educação.

3.2 O discurso médico e as práticas produzidas na saúde em Sinop

Com o objetivo de entender como os profissionais da área da saúde lidam com os sujeitos Surdos em seu cotidiano, participei por cerca de uma semana da rotina de um dos postos de saúde da rede municipal de Sinop. Acompanhando a rotina dos atendimentos, percebi que tudo segue um cronograma desde a prioridade dos atendimentos que são divididos por leve, médio, grave e urgente, até a forma de cadastro no pré-atendimento.

Nos dias em que permaneci no posto observando e conversando com os profissionais, fiquei mais próximo de dois médicos, aqui nomeados como João e Joana, que são ouvintes. Nos dias que observei o processo de atendimento não tive o prazer de encontrar nenhum Surdo sendo atendido, nem por meus interlocutores e nem por outros profissionais.

Apesar disso, em um atendimento de João à uma senhora de pouco mais de 60 anos, ele me falou da dificuldade de comunicação, pois ela não sabia como expressar tudo o que estava sentindo. Na opinião do médico, ela deveria ter vindo com uma pessoa da família para que ele conseguisse saber se ela estava seguindo as recomendações do uso de medicamentos e os cuidados com sua saúde.

Assim que a senhora saiu da sala com uma receita para nova medicação, eu questionei ao médico sobre essa dificuldade e como seria se a paciente fosse surda e se ele já havia atendido pacientes Surdos. Segundo João, ele já atendeu alguns pacientes Surdos mesmo sem entender a Libras. Nas suas palavras:

Não compreendo a Libras, é algo que tenho até interesse em aprender, mas no momento não consigo me dedicar a isso. Por eu não saber sobre essa linguagem eu não consigo me comunicar muitas vezes, quando o Surdo sabe ler, nós escrevemos, mas quando não sabe acaba que temos que nos virar para fazê-lo entender. O que vejo geralmente é a pessoa Surda vindo acompanhada com algum familiar que sabe a língua e assim vamos se entendendo, e isso é fundamental para não ter dúvidas sobre o diagnóstico ou tratamento.

Essa fala de João mostra uma questão importante que é a falta de preparo desses profissionais para o atendimento de pacientes Surdos. Além disso, mostra que o médico vê a necessidade de o Surdo vir acompanhado de alguém que compreenda a Libras. Porém, em nenhum momento toca no fato disso ser ou não incumbência do poder público, apesar da existência da lei. A Lei da Acessibilidade nº 10.098, que foi criada em 19 de dezembro de 2020 e que estabelece regras para promover a acessibilidade para Surdos e para pessoas com outras deficiências ou com mobilidade reduzida.¹²

Segundo meus interlocutores, isso é um problema, tendo em vista que as práticas na área da saúde precisariam ter um olhar sensível às pessoas com surdez que necessitam de outros recursos para acessar o sistema de saúde. Assim, algo que, às vezes, parece simples como um “pré-atendimento” em que se coletam as informações a respeito dos sintomas do paciente ou o agendamento de exame de rotina pode se tornar um ponto de exclusão, como

¹² Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

podemos observar no relato de Paula, que é pedagoga, professora do contexto inclusivo de surdos e membro da associação.

Esse tema da saúde é algo muito importante, é um assunto que tem muitas discussões, não é fácil. Aqui em meu bairro temos dois Surdos que frequentam o postinho, meu esposo e eu, no outro posto, no bairro jacarandás temos mais de cinco Surdos que vão lá. Mas vou falar da minha experiência. Eu fui ao posto e fiquei muito tempo esperando e nunca me chamavam, várias pessoas recebiam atendimento e nada de me chamarem, então percebi que chamavam por voz e como surda não escutava. E agora na pandemia os médicos, enfermeiros e atendentes estão usando máscara e isso é complicado, pois antes que fazia leitura labial e agora não consigo fazer isso, deveria ser máscara com um visor transparente. Alguns dias atras quando eu fui ao posto eu perdi minha vez de atendimento, pois ficavam só chamando e como não ouço por ser surda acabei perdendo a minha vez. Eu fiquei esperando horas e nunca chegava a minha vez, estava sendo ignorada e isso me prejudicou.

Além disso, com o surgimento da pandemia do COVID-19¹³ apareceram outras questões, tais como a máscara que impede a leitura labial, que era uma das estratégias utilizadas pelos surdos para compreender a fala (aquele Surdo que aprendeu a ler lábios).

No relato de Paula surge um ponto chave também tratado nos estudos de Alves e Rabelo (1998) que é a falta de atendimento adequado que pode ocorrer ao paciente. Em sua obra, os autores descrevem que para alguns profissionais o Surdo é tido como “sem conhecimento e sem sabedoria”, o que reforça a ideia de um corpo deficitário e não leva em consideração sua identidade diferenciada, pois a sociedade é construída sobre a concepção ouvinte para pessoas ouvintes.

Segundo os critérios adotados pela medicina, é surdo quem uma perda auditiva profunda, acima de 90dB. Assim, em contraposição ao discurso produzido pelos próprios sujeitos surdos, o discurso médico afirma que Surdo é o sujeito que tem impossibilidade ou dificuldade de ouvir, e isso pode variar de acordo com o grau de perda da audição.

Algo que pode ser compreendido a partir do relato de Ester, fonoaudióloga que atende em uma clínica particular de Sinop. De acordo com ela, o seu trabalho em relação aos surdos envolve perceber/diagnosticar a partir de diversos exames se há a possibilidade de desenvolvimento da fala e se há resto

¹³ O coronavírus (COVID-19) é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2.

auditivo para o desenvolvimento das habilidades auditivas. Posteriormente a essa avaliação, coloca-se aparelho ou implante coclear.

Ester se graduou no ano de 1997 e, segundo ela nesse momento o não se falava sobre Libras e, por conta disso, sua formação foi 100% oralista, ou seja, a surdez vista sob a lógica deficitária, deveria ser corrigida, priorizando-se as tentativas que levassem os surdos a falarem. Em suas palavras, na época, não havia uma preocupação com o atendimento das necessidades da língua do Surdo, apenas estudavam disciplinas que focavam em trazer uma solução aquilo que era visto a partir da lógica da falta, isto é, à deficiência/perda auditiva da pessoa.¹⁴

Sobre a sua compreensão em relação à deficiência das pessoas surdas, Ester relata que considera surda somente a pessoa que tem uma perda auditiva pós-lingual e/ou profunda, o que acontece, na maioria das vezes, em idosos. Essa surdez profunda pode ou não ter um resto auditivo em grave.¹⁵ Ou seja, segundo a lógica da medicina, o deficiente auditivo é aquele que tem uma perda leve ou moderada. Conforme afirmam Cardoso et al. (2006:03), em seus estudos sobre os níveis de percepção auditiva:

A deficiência auditiva (congenita ou adquirida) consiste na diminuição da capacidade de percepção normal dos sons. É considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum. De acordo com os diferentes graus da perda de audição, pode-se classificá-la em surdez: leve (perda auditiva de até 40 decibéis); moderada (perda auditiva entre 40 a 70 decibéis); severa (perda auditiva entre 70 e 90 decibéis) e profunda (perda auditiva superior a 90 decibéis).

Essa compreensão é algo que está presente nos documentos e registros que são estabelecidos para a área clínica, algo que está aquém da compreensão social da identidade do sujeito com deficiência.

Para Concone (2003), a área da saúde estabelece parâmetros e níveis que classificam o grau de deficiência e comprometimento. Com isso, os sujeitos são concebidos a partir de suas necessidades físicas e/ou psicológicas, e precisam passar por tratamento.

Essa compreensão pode ser vista também na Convenção sobre os

¹⁴ Isso se deu antes da Lei de LIBRAS que estabelece que todos os cursos da área de saúde e educação incluam na grade curricular a disciplina de LIBRAS. (BRASIL, 2002).

¹⁵ O termo “resto auditivo em grave” significa que a pessoa tem uma perda auditiva profunda, surdez total.

Direitos das Pessoas com Deficiência realizada em 2006 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), na qual ficou definido que pessoa com deficiência são “são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas”.¹⁶

Vemos, assim, que essa noção sobre as pessoas com deficiência de faz parte do senso comum e quando tratamos das pessoas surdas em relação aos graus de perda da audição, muitas vezes, reflete numa espécie de “achismo” quanto a forma de comunicação ou desenvolvimento do sujeito. Ester explica a seguir:

Só observando o diagnóstico da pessoa, olhando para a CID, muitas vezes imaginamos que a pessoa tem um comprometimento “X”, pois o laudo da deficiência me indica algumas características, porém, na prática isso pode se apresentar totalmente diferente.

Ou seja, as análises focam na forma que a deficiência, essa dificuldade atinge o corpo do sujeito, como afeta o dano na capacidade de ouvir. Todavia, como mostram meus interlocutores, a perda auditiva afeta profundamente o sujeito e isso reflete sobre sua forma de viver e estar no mundo. Nem sempre alguém como uma perda auditiva moderada consegue se comunicar oralmente ou é alfabetizado em língua escrita. Tatiane, que também é fonoaudióloga, especialista na área da audiologia reforça:

A forma como a perda afeta a autonomia dos pacientes é diferente, o que nem sempre pode ser um parâmetro comparativo entre um e outro. O que o diagnóstico me mostra é o grau, mas a forma que o paciente lida com isso no dia-a-dia é diferente.

Dessa maneira, o que Ester e Tatiane expressam é que há um diagnóstico, porém ele não leva em consideração o paciente como um todo e outros aspectos de suas vidas. Dito de outro modo, o diagnóstico médico, analisa apenas a perda auditiva, mas na dinâmica da vida essa perda auditiva, independentemente, do nível pode caracterizar outras situações no cotidiano dos sujeitos, seus pacientes.

¹⁶ Brasil (2008:27).

Isso me leva a refletir, por exemplo, sobre como esse diagnóstico pode ou não estabelecer quem é surdo ou quem é deficiente auditivo, pois o grau da perda de audição pode não ser o único parâmetro. E em alguns casos, mesmo com uma perda leve ou moderada a pessoa vive e enfrenta barreiras comunicacionais e atitudinais em sua vida e enquadrando no mesmo grupo que as demais pessoas com surdez severa, as ditas “surdas de fato”, porém, as limitações de quem profundamente não escuta são maiores. Apesar disso e como já dito, para a comunidade surda todos são reconhecidos como surdos, independente a perda auditiva e/ou forma de comunicação.

Atualmente, a concepção das profissionais da fonoaudiologia vem mudando com os crescentes avanços e pesquisas da área da saúde de maneira em geral. Ester ressalta que, anteriormente, quando recebia algum paciente com uma perda auditiva moderada, ela não recomendava o aprendizado da Libras, pois sua formação a direcionava para forma de reabilitação e o uso de aparelho como únicas alternativas, o que também encontra eco na fala de Tatiane:

A priori quando uma família levava um familiar com problema auditivo era indicado o uso de aparelho auditivo para crianças antes de 1 ano e o processo de reabilitação auditiva que envolve a relação entre família, escola, terapeuta, grupos de apoio. Eram apresentadas as formas que poderiam auxiliar no desenvolvimento da percepção auditiva da pessoa, o que poderia ou não se chegar ao uso de aparelho auditivo ou implante coclear.

Os excertos mostram que a concepção quanto a indicação da Libras como meio de comunicação, seja permanente ou temporária, já se tornou presente nos atendimentos das profissionais, visto que a Libras pode ser utilizada como comunicação alternativa ou um apoio linguístico comunicacional e nada impede o desenvolvimento auditivo dos sujeitos.

Nessa direção, Ester afirma que hoje as formações na área da saúde já têm uma grade curricular diferenciada, ao adotarem a disciplina de Libras. Algo que ocorreu também com os cursos da área de licenciatura de professores, uma mudança que partiu da oficialização da Libras no Brasil em 2002, conforme aponta Guerinello et al. (2013:335) na pesquisa sobre a disciplina de libras no contexto de formação acadêmica em fonoaudiologia:

A Lei nº 10.436, no artigo 4º dispõe que os sistemas educacionais

federal, estadual e municipal brasileiros devem garantir a inclusão da Libras nos cursos de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, nos níveis médio e superior, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Tatiane apresenta um ponto de vista importante quanto ao uso da Libras como forma de comunicação:

Hoje eu conheço a associação de surdos (de Sinop), se for necessário eu indico que as famílias vão até lá e se inteirem quanto o uso da língua. Dessa forma, a crianças aprende a língua e isso ajuda inclusive em meus atendimentos, pois tem uma forma de comunicação já adquirida. O pessoal da associação ministra cursos e dessa forma a criança pode aprender a língua, possa ser que no futuro passe a se comunicar oralmente, mas foi oferecida essa possibilidade.

Esse contato inicial com a Libras é uma possibilidade para que consigam desenvolver, posteriormente, a língua oral. Aqui, como já mencionado, a Assinop aparece como um meio importante de contato para as pessoas surdas que forma a comunidade surda de Sinop.

Outro aspecto importante a ser discutido está no fato de como o atendimento é feito com as pessoas surdas na área da saúde. Como vimos no início desse tópico, uma reflexão inicial já se estabelece no fato da comunicação entre os profissionais e paciente.

Retomando a conversa com João, ele lembra que o princípio básico para o atendimento é a comunicação entre paciente e o médico, todavia quando se trata de uma pessoa surda que se comunica somente em Libras existe uma barreira linguística.

[...] Não sei Libras, não consigo estabelecer uma forma de comunicação com pacientes que não sabem escrever, que não são alfabetizados. [...] Antes acreditava que os pacientes surdos conseguiam fazer a leitura labial, o que facilitaria o atendimento, mas conforme fui tendo mais experiência me deparei com diversos casos diferentes.

O que João relata é uma realidade, uma vez que muitas pessoas surdas não são alfabetizadas em língua portuguesa. Diante disso, surge um desafio que é compreender o que o paciente está sentindo, pois paciente e médico não conseguem estabelecer nenhuma comunicação.

João também menciona a leitura labial. Pela sua fala percebemos que existe uma concepção estabelecida que todo surdo consegue fazer essa leitura labial. Porém, na prática, vemos que isso ocorre com uma parcela mínima da população Surda, visto que para que a leitura labial possa ser efetiva, é necessário ter conhecimento da língua oral e para isso geralmente é preciso que se tenha pelo menos parte da capacidade auditiva preservada.

Ainda sobre o atendimento e a comunicação entre paciente surdo e médico, Cardoso et al. (2006:05) afirmam que:

[...] é necessário comunicar-se de modo consciente, empenhando-se para decodificar, decifrar e perceber o significado da mensagem que o paciente envia; só assim poderão ser identificadas suas necessidades. Além disso, a comunicação efetiva fará com que o profissional de enfermagem possa ajudar o paciente a conceituar seus problemas, a enfrentá-los, a visualizar a experiência vivida e até auxiliá-lo a encontrar novos padrões de comportamento. Nessa perspectiva, a comunicação pode tornar-se uma forma de ajuda.

A comunicação é base inicial para o atendimento, o profissional da saúde precisa compreender tudo que é dito pela pessoa surda, para que consiga fazer o exame e passar o diagnóstico adequado. Observando o atendimento nos postos de saúde percebi que tudo é bem fluído, o paciente entra e diz o que sente e por meio desse diálogo são levantadas as hipóteses, porém, se não há essa comunicação a pessoa surda não conseguirá ser atendida ou até mesmo pode haver o diagnóstico errado.

Para Chaveiro et al. (2009:150), ocorre, também, “de o profissional não entender o que o surdo escreve porque a construção gramatical utilizada pelos surdos é diferente, ou porque eles não têm domínio da língua escrita”. Ou seja, mesmo que a pessoa surda consiga fazer o registro escrito que facilita a comunicação, nem sempre a pessoa surda tem uma escrita coerente com aquela ditada pelas normas da língua portuguesa.

Guarinello et al. (2013) elucidam que isso também pode acontecer quando o profissional escreve e o paciente não compreende. Segundo esses autores (idem:336) “muitas vezes, o surdo não consegue ler o que o profissional escreve porque existem palavras difíceis, termos técnicos, porque o surdo não conhece bem o português ou porque a letra do profissional é ilegível”.

Dessa forma, concordo com meus interlocutores surdos quando afirmam ser necessário a presença, nas unidades de atendimento à saúde, de profissionais que conheçam a Libras para haver uma comunicação mais efetiva.

Nesse sentido, ainda que haja alguns espaços onde podemos contar com os Tils para fazer a tradução, essa não é uma realidade frequente. Em Sinop, por exemplo, existe apenas um Tils contratado pela prefeitura e somadas as dificuldades burocráticas, dificilmente a comunidade surda consegue usufruir desse direito garantido pela lei.

Por isso é comum que algum familiar que saiba Libras acompanhe a pessoa surda nos atendimentos. Entretanto, de acordo com João, essa não é a solução ideal. Para ele, depender de uma terceira pessoa para estabelecer a comunicação é algo complexo, na medida em que, às vezes, sente que tudo o que foi falado não foi totalmente compreendido pelo paciente surdo.

Além disso, como foi observado por Rosa, Barbosa e Bachion (2000:10) “outra questão referente à família é que o surdo se torna dependente dela, uma vez que nem sempre a família pode acompanhá-lo quando ele necessita de atendimento em saúde”. Infelizmente, aprender a Libras (uma possibilidade que, na minha opinião, seria ideal) não está nos planos de João. Segundo o médico, os profissionais de saúde já possuem uma rotina exaustiva e o problema poderia ser facilmente resolvido com a presença de Tils em todos os atendimentos.

Portanto, como visto por meio dos relatos dos profissionais da saúde, apresentados aqui existem diversos empecilhos que afetam constantemente as suas relações com as pessoas surdas. E por mais que tenham ocorrido avanços, ainda existem diversos limites que são vivenciados, diariamente, pelas pessoas surdas na sociedade de forma geral, quando vão em um posto de saúde, quando precisam ir até a escola ou até mesmo fazer uma compra rotineira em um supermercado ou loja. Tudo isso reflete as profundas barreiras que, muitas vezes, são invisíveis e cercadas por preconceitos, o que será apresentado no tópico seguinte.

3.3 Lógicas da saúde e lógicas da educação

Ainda são latentes as tensões quanto aos preconceitos sofridos pelas pessoas com surdez tanto em Sinop, quanto de maneira geral. Por mais que o

espaço educacional, por exemplo, tenha se tornado mais acolhedor ao realizar práticas de ensino específicas para a surdez, em muitos momentos são (re)produzidas situações que remetem a lógica capacitista vista na introdução.

Recorrentemente, as orientações dadas por profissionais da saúde divergem do que é estabelecido no campo educacional, e isso, acaba gerando muitas confusões entre as famílias ouvintes que buscam pelo atendimento mais adequado, refletindo no modo de vida das pessoas surdas sejam crianças ou adultas.

Em relação as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com surdez na saúde pública, trago uma fala de Paula que se relaciona com o que foi discutido anteriormente, ela traz um recorte para a organização do sistema de atendimento público na saúde e as práticas de inclusão e acessibilidade, onde afirma que:

Deveriam ter um olhar mais humano pra gente que é Surdo, quando vou ao posto de saúde e me apresento na recepção eles já percebem que sou surda e por que não me atendem de uma forma adequada? Mesmo que não saibam Libras, mas que verifiquem meu nome e vão lá e me chamem quando for minha vez. Geralmente, eu chego e já levo um papel escrito o que preciso, o que estou sentindo, isso quando vou sozinha sem intérprete. Mas precisa eu fazer isso.

Para Lara (2013), esse olhar para a acessibilidade promove melhores condições às pessoas surdas, uma vez que o sujeito precisa ter sua especificidade respeitada. Nesse sentido, Paula fala de um olhar que a veja fora da categoria enquanto “deficiente”, num sentido de “incapacidade” e que fica às margens da sociedade.

Diante disso, trago a fala de Zilda, Surda, membro da Assinop, mestra em linguística e docente de uma universidade pública estadual. Ela me explica que se entende que as políticas públicas voltadas a inclusão devem ser cumpridas e que é algo que nem sempre acontece. Muitas pessoas acabam nem tomando conhecimento dos seus direitos, deixando de receber desde um atendimento correto até outros benefícios. Sobre esse assunto, Costa (2021:30) afirma que:

As leis de inclusão determinam operações relativas ao indivíduo e relações sociais em nível jurídico e político, influenciando a vida pública e privada, sem considerar níveis distintos de experiência, de maturidade e de socialização na cultura maior. Razão pela qual, muitas vezes são criticadas ou mal/não executadas por aqueles que “protege”.

Judite que é graduada em letras e atua no ensino de Libras para crianças surdas e membro da associação dos surdos, apresenta sua posição quanto a que forma deveria ser o atendimento, em sua opinião:¹⁷

Cada posto de saúde deveria ter um intérprete ou algum que nós pudéssemos avisar quando por exemplo eu ir ao posto de saúde. Nossa! Isso facilitaria muito sabe, mas não tem.

Na fala de Judite, sobressai a necessidade de que sejam aplicadas novas formas de acessibilidade para o atendimento das pessoas surdas. Essa fala vai ao encontro do relato de Catarina, ouvinte e coordenadora da educação especial e inclusiva da rede municipal de educação. Ela reconhece e luta pela valorização da pessoa com deficiência, além de reforçar a necessidade da efetivação da inclusão e acessibilidade em os espaços em Sinop-MT.

Todavia, explica-me que essa é uma discussão que tem perdurado durante muitos anos em Sinop. Ela salienta que na parte educacional é algo que já se tem maior efetivação, como: a presença do Tils em sala acompanhando os alunos e o suporte e orientação pedagógica, mas é algo que não se estende para a pasta da saúde, que nem sequer possui informações organizadas a respeito do atendimento aos Surdos.

Sinop completou 48 anos de história em 2022 e no decorrer do tempo não houve criações de leis municipais a favor das pessoas surdas. Uma delas seria a criação do cargo de Tils. Sobre isso, Catarina relata que foi feita a indicação na câmara de vereadores, este ano (2022), e passou por votação, segue dizendo que “com a criação desse cargo teremos possibilidade para a contratação de profissionais específicos para a área da saúde”.

Perguntei sobre a questão dos contratos que são feitos para a área educacional e de acordo com o seu relato há um projeto feito dentro da pasta da educação que promove a contratação de Tils para suprir essas necessidades específicas, como acompanhar o Surdo no posto, numa reunião escola etc. No

¹⁷ Quando vou até a secretaria de saúde municipal solicitar a autorização, questiono sobre os registros ou dados específicos para que eu possa utilizar em minha pesquisa, porém a resposta é algo que já esperava. Encontrei somente algumas notícias sobre ações que foram feitas com a participação de Surdos, esse fato eu já havia constatado em outras pesquisas que realizei.

entanto, para isso, precisa ser feita uma solicitação e, geralmente, os Surdos acabam não fazendo em alguns momentos, pois preferem conversar com algum parente ou Tils mais próximo de sua confiança. Ainda assim, somente um profissional não supre a demanda, além do pouco salário pago através de uma empresa terceirizada ser um fator dificultador na contratação de novos profissionais.

Já no campo educacional, muitos pais ouvintes acabam cometendo equívocos, do ponto de vista dos professores que atendem os alunos Surdos nas escolas públicas regulares de Sinop. De acordo com esses professores, isso ocorre por não terem conhecimento sobre a identidade surda.

Frequentemente, quando vão às escolas do município, os pais relatam que, as crianças, após o atendimento com fonoaudiólogo, retornam para casa com um 'diagnóstico' de que têm condição de falar e que não necessitam aprender a língua de sinais.

Essa orientação médica confunde a cabeça dos pais, como a de Edina, mãe de um adolescente surdo e integrante da comunidade surda de Sinop. Segundo ela, o acúmulo de opiniões divergentes a respeito do que fazer com o filho a deixava desorientada.

Dessa maneira, enquanto a escola a orientava a buscar os profissionais da saúde para auxiliá-la com terapias e fonoaudióloga, esses profissionais diziam para ela proibir o filho de aprender Libras. Estas diferentes orientações, frutos de lógicas e entendimentos diferentes em relação a própria surdez provocava sofrimento e muitas dúvidas nela e no filho que não conseguia se comunicar.

Destaco, com base em pesquisas citadas anteriormente, que o aprendizado da língua oral sem ter contato com as línguas (Libras e língua portuguesa) não é impossível para os sujeitos surdos, mas como professor, vejo o quanto esse processo é muito complexo e desgastante.

Alguns médicos dizem que se a criança, desde pequena, aprende a língua de sinais ela fica preguiçosa e, por isso, tem dificuldade em se comunicar oralmente, conforme relato da Edina. Nessa ótica, muitos Surdos adultos que não se comunicam de nenhuma maneira, nem pela língua oral e nem pela língua de sinais, mesmo que, em muitos casos, tenham passado anos frequentando o fonoaudiólogo. E isso, muitas vezes acontece, pelo fato de muitas famílias não

aceitem a condição dos filhos e não deixarem que eles convivam com seus pares.

Esse foi o caso de Dolores, mãe de um menino Surdo, que conheci em 2018 quando atuei como Tils de seu filho numa escola da rede municipal de ensino. De acordo com Dolores, ela não aceitava que o filho fosse surdo e buscou de diversas formas e lugares que poderiam curar seu filho, tanto na igreja através de campanhas de oração até otorrinolaringologistas, que a fizessem ter alguma esperança de cura.

Por isso, durante boa parte de sua infância, Dolores proibiu que as escolas frequentadas pelo filho lhe ensinassem a Libras, rejeitando a ideia de que ele fosse mandado para a “sala para deficientes”. Dolores conta que, com o tempo, acabou aceitando a condição do filho e, atualmente, se arrepende de ter retardado o aprendizado do filho em Libras e o próprio conhecimento sobre a surdez.

3.4 Preconceitos cotidianos

Como vimos no tópico acima, a própria família, muitas vezes, por conta das diferentes orientações recebidas, reproduz preconceitos comuns em relação às pessoas surdas. No entanto, para além das condições familiares, são comuns outras situações em que os sujeitos surdos se sentem excluídos. Nesse sentido, de certo modo, a pessoa tida como deficiente é subjugada e rotulada. Dessa maneira, Francisco fala que:

Temos que passar as vezes por muitos constrangimentos, tentam nos separar, ou nos rotulam como incapazes, eu mesmo trabalho no RH de uma grande rede de supermercados de Sinop e isso mostra que outros surdos também podem ter conquistas, que não é a surdez que nos impede e sim a ignorância e preconceito dos outros.

A fala de Francisco, reflete a um dos fatores da exclusão das pessoas surdas. E isso ocorre quase, que incisivamente, é como se fosse natural ou “normal” deixar a pessoa surda de lado, conforme ressalta Lopes (2014:16):

[...] pessoas deficientes encaram tanto discriminação quanto limitações intrínsecas. [...] Mesmo que barreiras sociais sejam removidas tanto quanto possível, continuará a ser desvantajoso viver com muitas

formas de lesão.

Isso revela que a pessoa com deficiência enfrenta diversos desafios e está sempre sujeita a olhares que reprovam suas ações. Judite, que é Surda, membro da Assinop, graduada em letras e instrutora surda no centro de educação especial e inclusiva do município, em um dia quando estava se preparando para mais um dia de trabalho na escola, fala-me que nem sempre a discriminação e preconceito são sentidos de pessoas alheias, que já sofreu com duras palavras ditas por seus familiares:

Hoje é tudo bem diferente, mas antes eu sofria muito até com minha família, me sentia muito triste com tudo isso, me gerava um trauma, um sentimento ruim, sabe? Aconteciam algumas coisas quando como conversarem e eu não saber de nada do que estão falando, todos dando risada e eu querendo saber o que era, me ignoravam como se eu nem estivesse ali junto. Me sentia muito excluída.

Judite nasceu em um contexto que a maioria das pessoas surdas vivem, que é ter uma família ouvinte e, no seu caso, a falta de comunicação e conhecimento sobre sua identidade surda foi uma barreira que enfrentava dentro de seu lar.

Berger (1999, p. 30) propõe que as pessoas com deficiência que tenha os mesmos direitos que toda a sociedade, necessitando apenas de outros meios para conquistar sua vida plena, meios esses que são chamados de “acessibilidade” e “inclusão”. A negação desses direitos “gera uma exclusão da pessoa com deficiência, seja ela nas ruas, lojas, ou dentro do berço familiar”.

Ainda sobre esses direitos à pessoa com deficiência, Bigogno (2013:14) ressalta a relevância dos movimentos sociais, seja na busca por qualidade de vida ou acesso e acessibilidade em diversos espaços públicos e privados, por meio da inclusão.

Existem movimentos de pessoas com deficiência, que reivindicam direitos, reconhecimento de “necessidades especiais” e mais especificamente no caso dos Surdos, reconhecimento de identidade, comunidade e cultura específicas.

Durante a pesquisa acabei presenciando, sem querer, algumas dessas situações de exclusão que ocorre cotidianamente com meus interlocutores. Assim, num dos dias de folga de Paula, fui até sua casa que fica em um bairro

mais afastado da área central do município. Paula me recebeu no quintal e ficamos, em torno, de duas horas conversando. Ela me contava sobre sua vida, aqui, em Sinop e enquanto conversávamos percebi que sua mãe reclamava ao telefone da convivência familiar dentro de casa. Apesar de tentar focar no que Paula sinalizava em nossa conversa, fiquei incomodado com o fato de Paula não escutar o que estava sendo dito.

Percebi, com isso, que a mãe de Paula está acostumada com a condição da filha e não se importa em falar de forma mais exaltada e nem em fazer reclamações de forma mais direta, naturalizando o fato da filha não escutar o que ela estava falando ao telefone com outra pessoa.

Então, naquele momento, dei-me conta de que ela imaginava que também era surdo, tendo em vista que não havíamos nos falado quando cheguei. Ao fim de nossa conversa, Paula chama sua mãe para me cumprimentar e eu me comunico oralmente com ela, percebo em seu olhar um semblante de surpresa e imagino que ela ficou constrangida com algo que disse enquanto eu conversava com sua filha.

Acredito que nesse contexto se visualiza um outro lado da falta de inclusão e acessibilidade, nesse caso a linguística, conforme pode ser visto na fala de Lara (2013: 15):

As pessoas com deficiência se defrontam muitas vezes com a negação dos seus direitos básicos, por exemplo, a saúde – física e psíquica, a educação, o emprego, falta de chances para o desenvolvimento pessoal, não participação das decisões importantes – incluindo-se aquelas que lhes afetam, sofrem com leis discriminatórias (sentido negativo); isto os conduz à exclusão de boa parte das atividades sociais. Desta forma, a partir da legislação e das políticas públicas, busca-se eliminar tais barreiras ao pleno exercício da cidadania dos indivíduos portadores de deficiências.

Sobre a inclusão, remeto-me, novamente, à conversa que tive com a Joana, que faz atendimento na rede pública há mais de 10 anos em um posto de saúde que fica na região mais central do município. Ela atende, mensalmente, alguns dos meus interlocutores, a mesma diz que não se sente preparada para esse trabalho com o Surdo. Relata também que a dificuldade nos atendimentos não é culpa do profissional, estão ali para atender os pacientes da melhor forma possível.

Surdo, não temos a capacidade de comunicar com eles e infelizmente se o Surdo não saber no mínimo escrever e nem ler não temos como compreender a sua necessidade.

Em contrapartida a isso, Lara (2013:17) disserta que:

O processo de inclusão prevê que todas as pessoas incluídas tenham as mesmas oportunidades e poderes decisórios sobre a organização da sociedade; inclusão é um direito com base na plena participação das pessoas com deficiência em todos os âmbitos e espaços da vida em igualdade com as demais pessoas, sem discriminações e recebendo o respeito que a dignidade humana merece, com valorização da diversidade humana em todos os sentidos – saúde, educação, trabalho, espaços públicos.

Diante disso, constata-se que, do ponto de vista legal, a fala da Joana está em desacordo com o que é previsto como inclusão, algo que já foi discutido anteriormente sobre a Lei de Inclusão. Quando se fala sobre a especificidade da pessoa surda, fala-se da garantia dele se expressar em sua língua, e que independente de saber a língua portuguesa na modalidade oral ou não, o surdo precisa ter seu direito de se comunicar em sua língua natural, a Libras.

As práticas inclusivas se contrapõem em relação a concepção da pessoa surda enquanto “deficiente”, na prática do que é empregado a lei, o Surdo precisa ter um Tils o acompanhando no atendimento médico, nas escolas etc, promovendo a mediação entre a língua de sinais e a língua portuguesa, isso sendo um órgão público ou privado.

A falta de conhecimento e aprofundamentos nos estudos e pesquisas em algumas áreas dificultam a compreensão da identidade do sujeito, algo que na realidade já deveria ser uma barreira superada, conforme afirma (PEREIRA, 2014). Os Surdos já estão na sociedade e não é de hoje que estão lutando pelo reconhecimento de sua cultura e identidade, de acordo com fala de Judite.

Além disso, os Surdos no município de Sinop são interpelados por alguns termos pejorativos, que são utilizados, frequentemente, pela população que desconhece a nomenclatura adequada utilizada pela comunidade surda.

Abaixo, trago alguns dos termos pejorativos com os quais me deparei ao longo de minha inserção na comunidade surda e que foram sendo discutidos ao longo do meu trabalho de campo. Estes termos também apareceram na pesquisa de Bigogno (2013:17), tratados como categorias e rótulos de exclusão.

“Rótulos” são criados para classificar, hierarquizar as pessoas e os grupos sociais. De “mudinho” a “retardado”, passando por surdo-mudo e deficiente auditivo, muitas pessoas que não escutam, autodenominam-se “surdos”, criando para si uma identidade, uma categoria politicamente corretas. Por isso, sua questão pode ser compreendida como uma questão de minoria, que assim como gênero e cor, nem sempre são de ordem numérica, mas derivadas de algum processo de hierarquia e desigualdade.

Um dos termos que está mais presentes no cotidiano de Sinop é “surdo-mudo”. Isso é uma construção que não é/foi criada em Sinop, mas está completamente atrelado a definição das pessoas que se comunicam por meio da língua de sinais.

Silvia explica um pouco sobre esse termo, elucidando que “não é correto dizer que todo surdo é mudo, na medida em que a maioria não fala porque não aprendeu, não consegue ouvir”. Segundo ela:

O bebê ouvinte por exemplo, a mãe fala, fala, fala e ele vai ouvindo e aprendendo, aos poucos vai conhecendo as palavrinhas. O bebê surdo vai aprendendo os sinais, aprendo a sinalizar mamãe, a falar quando quer comer. Se eu ensinar sinais a bebê surdo vai aprender sinais. Se conversarem conosco, os surdos, vamos dizer que somos surdos e não mudos, eu explico quando precisa.

A maioria dos surdos têm as cordas vocais em perfeito funcionamento, portanto, são minorias os surdos que também são mudos, isso é evidenciado por Bigogno (2014:09):

É importante ressaltar, no entanto, que o termo surdo-mudo, hoje, é considerado um erro tanto pela cultura surda quanto pela otorrinolaringologia. A deficiência auditiva implica na dificuldade na fala, mas não a impede.

Diante disso, o uso do termo “surdo-mudo” é tido como incorreto no campo das discussões sobre a identidade da pessoa surda, uma combinação de suas palavras que expressam significados diferentes que nem sempre podem ser associadas.

Outro termo constantemente utilizado em relação às pessoas Surdas é “mudinho”. José conta que alguns clientes da sua tapeçaria, quando entram em contato com ele pelo *WhatsApp* o tratam como “mudinho”. Segundo Paula, o termo “mudinho” fere mais que o uso do “surdo-mudo”, pois exclui completamente a sua identidade enquanto pessoa surda. Para Bigogno

(2013:52), até um tempo atrás “mudinho” era utilizado pelo senso comum para designar quem tivesse problemas de fala, surdez ou deficiência intelectual.

Um terceiro termo pejorativo lembrado pelos meus interlocutores é “pedinte nervoso”. Entre os ouvintes, “pedintes nervosos” se refere aos surdos que vivem pedindo dinheiro, não querem trabalhar e que se estressam fácil com qualquer coisa. A Assinop não apoia o fato de seus membros estarem recorrendo a doações de dinheiro, pedindo em lojas e estabelecimentos enquanto ouvintes estão almoçando/jantando. De acordo com José:

Incentivamos os surdos a procurar emprego, quando vemos alguma vaga divulgamos no grupo de WhatsApp da Assinop oficial. Se precisa receber aposentadoria buscamos saber como conseguir isso. Mas não damos apoio a pedirem dinheiro nas ruas de Sinop. Se tem surdo pedindo, não é aqui da nossa associação, é de fora.

Algo que percebi no decorrer de minha pesquisa foi esse fato que José salientou: todos os surdos com os quais me deparei pedindo dinheiro em algum restaurante ou semáforo, não viviam em Sinop ou não faziam parte da associação.

Em um dado momento, questionei um dos surdos que veio até mim enquanto eu estava numa lanchonete na área central do município. Pergunto a ele de onde é, ele me responde que é de Alta Floresta, um de nossos municípios vizinhos. Fico intrigado com o fato dele vir até Sinop para fazer essa ação e me explica que em Sinop não tem surdos coletando doações e isso ajuda a conseguir dinheiro e, que em seu município, os próprios surdos fazem isso frequentemente.

Em um outro momento que visitei a tapeçaria conversei com José e Silvia sobre esse assunto. José diz que se encontram surdos fazendo isso em Sinop, orientam para não realizar tal prática, que isso é ruim. Silvia completa dizendo que é preciso saber se o surdo tem emprego e se precisa de ajuda.

Para os membros da Assinop, esse posicionamento do casal é avaliado como sendo correto. No discurso de José, precisa-se “destruir/acabar com esses nomes que usam, e tirar os surdos da rua pedindo dinheiro”.

No entanto, para além disto, percebi que este é um termo pejorativo utilizado num cenário específico e que é atrelado diretamente aos surdos da

Assinop, todavia tão pouco produzido pelos sujeitos da associação, como destacado em um dos relatos de José.

Já aconteceu de irmos em uma empresa pedir ajuda financeira para construção do muro de nossa associação e o gerente dizer “- já ajudei vocês”. Mas não nos ajudou em nada. Sabe por que isso aconteceu, Flávio? Surdos de fora foram pedir dinheiro e dizem que fomos nós. Se vamos em busca de ajuda financeira, nos apresentamos em nome da Assinop, com ofício, explicando porque precisamos do dinheiro.

Nesse trecho da fala de José, visualiza-se que a associação realiza práticas que, de certa forma podem estar relacionadas, mas no sentido de patrocínio e não de “pedir trocados”, como o termo utilizado pelo dono de uma das lanchonetes que visitei. Ainda assim, a atuação dos surdos que não fazem parte da associação em Sinop de certa forma ajuda a implementar o termo “pedinte nervoso” e a ligar a Assinop uma visão de que “pedem trocados” nas ruas.

Os termos apresentados, anteriormente, são estereótipos, crenças, saberes e valores, são construções sociais que fazem parte do senso comum, mas que pouco representam a visão que as pessoas surdas com as quais convivo.

Então, qual seria a forma mais correta de se referir à “pessoa surda”? Segundo a professora surda Zilda, com quem tive a oportunidade de cursar a disciplina de Libras durante a faculdade de pedagogia, o termo correto para identificar as pessoas surdas é “surdo”, porque parte de uma compreensão da surdez pelos próprios surdos, que, ao contrário do discurso médico não está atrelada aos diferentes níveis de perda de audição.

Assim, a “identidade surda” foi um dos primeiros temas trabalhados por Zilda que perguntou para a turma qual seria o termo correto para defini-la. Algumas respostas foram justamente as palavras e expressões pertencentes ao discurso capacitista dos anos 60 (Bigogno 2014; Miranda, Gadiel & Mourão 2019) para os quais acabo de chamar atenção, como, por exemplo, “Surdo-mudo” ou “mudo”, assim como o “deficiente auditivo”.

No entanto, de acordo com Zilda, o uso de tais categorias (geralmente utilizados pelos chamados “ouvintes”) para representar as pessoas surdas podem ser problemáticos porque não dão conta de descrever exatamente a sua

condição. Em outras palavras, ela esclareceu para a turma que se identificar ou não como sujeito Surdo não significa, necessariamente, ser mudo, ou não escutar completamente nada.

3.5 Sobre a “possibilidade de se comunicar de outra forma: A identidade surda e a concepção de deficiência

Depois do curso com a professora Zilda ficou claro que o universo dos sujeitos Surdos ia muito além do mero aprendizado da Libras ou da capacidade de comunicação. Percebi o quanto meus interlocutores se encontram imersos em um longo processo social e político de lutas e conquistas, vistos por eles, como fundamentais para a sua constituição enquanto sujeitos. Nessa via, apesar de viverem em meio a uma sociedade majoritariamente ouvinte, buscam cada vez mais ressignificar as barreiras encontradas pelo caminho.

O contato com a língua de sinais e com uma comunidade surda faz com que os sujeitos Surdos se reconheçam como Surdos, ainda que dentro dessa categoria estejam pessoas que ouvem um pouco. Para os meus interlocutores, todos são Surdos independente do grau da surdez.

Nesse sentido, conforme mostra Oliveira (2019), a categoria “Surdo” é uma construção social e a identidade surda está ligada a própria compreensão dos sujeitos a respeito de sua condição e não exclui, por exemplo, a participação do Surdo que não se comunica com a Libras ou que está em processo de aprendizagem.

Para meus interlocutores, essas questões estão presentes em suas vivências e marcam repetidamente em seus discursos alguns pontos principais em suas falas, seja sobre a garantia de direitos das pessoas surdas, a inclusão e acessibilidade ou as relações de vivência entre os diversos grupos de Surdos.

Existem três principais marcadores sociais que estão atrelados a identificação das próprias pessoas surdas, sua cultura, política, etc. Esses marcadores também aparecem nas principais pesquisas que utilizo de base teórica para estabelecer as discussões no campo antropológico, mas também estão presentes nas áreas da educação e linguística.

A partir de leituras, mencionadas acima, pude perceber que de maneira geral, as análises antropológicas se constroem em contraposição a visão muitas

vezes limitantes, daqueles que atuam no campo da saúde e educação. Dessa maneira, a antropologia contribui para que as pessoas com deficiência sejam vistas como sujeitos de direitos que podem construir a sua vida para além da ótica da própria deficiência como uma limitação, conforme ressalta Lopes (2019).

Já os estudos de Lopes (2019) e Rapp e Ginsburg (2013) mostram apesar da deficiência ser uma condição adquirida ou inata, ela não resume identidade dos sujeitos surdos. Em outras palavras, conforme essa literatura, mas, também, de acordo com os meus interlocutores, a identidade dos sujeitos com deficiência não é ser deficiente, as identidades são plurais.

Assim, em contraposição à um determinado discurso médico que, como vimos acima, compreende as pessoas por uma análise mais biológica, do *déficit* do corpo, ou o contexto educacional que estabelece uma relação mais pedagógica da aprendizagem reconhecendo as suas limitações, produzido em “contextos discursivos específicos”, como o olhar educacional, meus interlocutores não gostam de ser vistos como deficientes. Paula, por exemplo, me disse várias vezes que não se sente “incapaz”.

Segundo ela, sua perda de audição não a atrapalha em nada, só necessitando de algumas adaptações. Para ela, diferentemente daqueles que possuem síndrome de Down, em suas palavras, “que possuem um déficit cognitivo”, a surdez não faz com que a pessoa seja dependente dos pais, familiares ou responsáveis. Ser surdo, portanto, não impede ninguém fazer as coisas de forma autônoma.

Assim, ainda de acordo com Paula, os surdos apenas necessitariam de um Tils para se comunicar com ouvintes que não sabem Libras, mas que tem suas plenas capacidades motoras, físicas e cognitivas preservadas, não se caracterizando como deficiente. Segundo Lara (2014:12):

O modelo médico (ou individual) enxerga nas pessoas com deficiência, pessoas que apresentam problemas físicos e que precisam ser curadas, o que as coloca na condição passiva de pacientes. Tal abordagem tem o objetivo de “normalizar” as pessoas com deficiência, o que implica em um momento ou outro que sejam entendidas como anormais.

É a essa visão que como apresentado acima, está presente nas falas de João que se contrapõem não só meus interlocutores, mas, também, uma proposta de modelo social da deficiência. De acordo com Pereira (2014:02):

O que o modelo social da deficiência visa problematizar esses conceitos demonstrando como a deficiência é o resultado de uma série de interações e de conceitualizações, e não fruto de uma questão dada no/pelo corpo.

A noção de deficiência vem ganhando contornos específicos no contexto global e brasileiro, por meio de acordos, convenções e manuais internacionais”. (PEREIRA, 2014:01).

A pessoa não pode ser compreendida em sua totalidade a partir de uma categoria que analisa pela corporeidade, sobre a função que o corpo assume, mas num prisma no qual o corpo é parte integrante do sujeito. Há uma ausência nos consensos em relação a categorização da deficiência no Brasil, pois existe uma pluralidade de interpretações.

Como exposto em uma das leituras possíveis enxerga a pessoa com deficiência como um ser menos capaz, por meio de uma forma de discriminação que pensa na funcionalidade do corpo do sujeito, um olhar a partir de uma dimensão médica e que combina com o discurso capacitista dos anos de 1960 como “uma .com o pensamento de forma hierarquizada e naturalizada de conceber qualquer corpo humano como algo que deve funcionar, agir e se comportar de acordo com a biologia”. Mello (2019, p. 139)

Sobre a natureza do corpo do sujeito, Lopes (2012: 314) ressalta que:

Uma pessoa com deficiência pode estar em estado de doença ou em estado de saúde. Embora haja variáveis que dizem respeito à vulnerabilidade e ao adoecimento, que se entrecruzam entre deficiência e também classe, raça, gênero, sexualidade, a condição de deficiente em si não tem relação causal necessária com o adoecimento. Similarmente, o processo de adoecimento pode levar um corpo a tornar-se deficiente, mas não é a doença que resulta na classificação de deficiência, e sim a experiência social do corpo-sujeito.

Haja visto que “nos anos 2000, ao mesmo tempo em que o campo da saúde global passou a incorporar doenças crônicas e não transmissíveis a sua agenda, organismos internacionais voltaram-se para a temática da deficiência”. (LOPES, 2014:12).

Nesse ponto, recordo-me de uma experiência expressa por Silvia numa tarde em que fui até sua tapeçaria e passamos algumas horas conversando sobre sua história e os desafios que enfrenta em Sinop. Silvia disse que não se considera deficiente, que deficiente está relacionado a 'faltar algo' e que para ela a comunicação oral não faz falta, ela nasceu surda e ser surda é o que ama.

Diante disso, Lopes (2014:01) fala sobre a visão da pessoa e a compreensão clínica, que “nesses trânsitos, sua definição oscila não somente entre identidade e diagnóstico, uma compreensão social e uma médica, mas também entre um estado e um processo, ser e se tornar”.

No entanto, como mencionado acima, vários autores chamam atenção, “deficiência” é uma categoria profundamente relacional (Oliveira, 2019; Fremlin, 2011; e Rapp & Ginsburg, 2013 e Magnani, 2007). De acordo com Rapp e Ginsburg (2013:01), por exemplo:¹⁸

O que conta como uma deficiência em diferentes configurações socioculturais são altamente variáveis. Recentemente, novas abordagens por estudiosos da deficiência e ativistas mostram que a deficiência não é simplesmente alojada no corpo, mas criada pelas condições sociais e materiais que “incapacitam” a participação plena dos considerados atípicos.

Tal concepção se diferencia da visão capacitista das décadas de 1960-1990, como apresentada por Lopes (2019) e mencionada na introdução. Segundo esse autor (idem), a visão capacitista concebe a pessoa com deficiência como incapaz, que não tem controle sobre sua própria vida, alguém que necessita constantemente de ajuda.

Em contrapartida a esse discurso, Fremlin (2011) e Oliveira (2019) ressaltam que precisamos romper com a concepção do corpo enquanto incapaz e/ou com dificuldades que impeçam seu desenvolvimento e aprendizagem.

As obras como de Lopes (2019), Miranda, Gadiel e Mourão (2019) e Oliveira (2019), por exemplo, apresentam uma perspectiva mais reflexiva sobre a pessoa enquanto protagonista de sua vivência e sua relação com o mundo: a deficiência não é tomada como uma limitação ou uma barreira que impeça o seu desenvolvimento.

¹⁸ As obras em língua estrangeira foram traduzidas pelo autor da dissertação.

A deficiência é uma condição que caracteriza uma diferença. Conforme Oliveira (2019), isso não impede que a pessoa construa seus próprios caminhos. Nesse sentido, de acordo com Fremlin (2011:04), “[...] não se trata da “deficiência” de uma pessoa, ou como essa “deficiência” é construída, mas de desenvolver uma visão para entender corpos” e seus movimentos que não se limite à noção de “deficiência”.

Francisco, que é um dos professores surdos membro da Assinop afirma que a surdez não é uma deficiência e sim “uma possibilidade de se comunicar de outra forma”, e que não se vê como um coitado que precisa de ajuda. Pode-se perceber que Francisco contrapõe a questão da deficiência com a incapacidade, na qual, o mesmo afirma ser capaz de realizar as atividades como trabalhar da mesma forma que um ouvinte.

Lopes (2022) relata que são sempre colocadas formas de interpretar os sujeitos e que isso nem sempre surge a partir de nossos contextos de estudos, são criadas “categorias êmicas” e “categorias analíticas”, que são usadas para validar e categorizar a própria interpretação, muitas vezes, do pesquisador e não reflete o que os interlocutores dizem ou deixam de dizer. A interpretação, geralmente, vem dos estudos teóricos e isso está muito articulado a quem faz a pesquisa. Nesse sentido, Lopes (2022: 306) explica que:

Essas produções interpeladoras sinalizam que aquilo que se nota “em campo” não necessariamente vem do que o “campo” apresenta, ora nem do que a “teoria” nos faz procurar, mas também das posicionalidades sociais e corporalidades que encarnamos e do modo como abordamos tais relações.

Posto isso, estou de acordo com Lopes (2022) quando este chama atenção para a necessidade de ouvir os sujeitos com deficiência. Em suas palavras (idem:307): “na criação do campo de estudos da deficiência, tão fundamentalmente articulado aos movimentos sociais, a politização da autoria está igualmente presente”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo mapear e compreender os discursos e práticas produzidas em torno da surdez e das pessoas surdas por Surdos, seus familiares e profissionais da área de saúde e da educação do município de Sinop, em Mato Grosso. Tendo como interlocutores as pessoas surdas, membros da associação de surdos de Sinop.

Por meio da pesquisa, pode-se compreender que existem três principais marcadores sociais que constantemente aparecem em pesquisas da área da surdez e se desdobram em torno das pessoas surdas em campos distintos que se entrecruzam: a identidade, a cultura e comunidade surda.

A pesquisa partiu do princípio inicial da concepção da surdez produzida pelos próprios sujeitos surdos, todavia, essa concepção está atrelada ao sentido de como as pessoas surdas (re)constroem a sua identidade e a mesma está atrelada as relações produzidas em torno da comunidade surda.

A comunidade surda de Sinop para meus interlocutores é representada pela própria associação de surdos. A associação também é tida como um marco histórico e identitário da própria comunidade surda, onde, alguns de meus interlocutores relatam que se reconheceram enquanto surdos a partir da inserção na associação e as relações com seus membros, falantes da mesma língua, a Libras.

Para meus interlocutores, a associação serve como espaço de aprendizagem, refúgio e de empoderamento. Nesse sentido, a associação busca a partir de seus princípios orientar seus membros, desde busca por empregos, cursos e ajuda financeira se necessária.

Um outro fato importante é que a associação busca meios para que mais pessoas ouvintes venham a ter contato com as pessoas surdas e semestralmente ofertam cursos de formação em parceria com a prefeitura, onde professores surdos ministram as aulas. Dessa forma, disseminando a inclusão e acessibilidade.

Enquanto membros, a associação de surdos não é representada unicamente por surdos, mas também por profissionais que estão ligados as pautas de valorização e ensino da língua de sinais, intérpretes de Libras e ouvintes familiares das pessoas surdas.

A partir do trabalho de campo em meio as ações da associação de surdos e convívio com meus interlocutores, constato em seus relatos que os mesmos são constantemente interpelados por discursos de outras áreas, que estão constantemente produzindo discursos que ora incluem e ora excluem os mesmos. Olhando para a literatura esse ponto mostra-se repetitivo.

Como áreas de análise metodológica, opto por me debruçar nos estudos produzidos pela saúde e educação. Áreas que meus interlocutores ressaltam serem latentes as suas vivências cotidianas.

O campo da saúde observa as pessoas surdas a partir da concepção do corpo, olha para as pessoas com deficiência por meio de um viés biológico, onde estabelece graus e níveis de acometimento do *déficit*.

Já o cenário educacional apresenta um discurso de ensino, que se pauta por meio da necessidade de oferecer meios diferenciados inclusivos para que as pessoas com deficiência possam aprender os conteúdos didáticos.

Esses discursos da área da saúde e educação são construídos em torno da perspectiva da identidade dos sujeitos, onde apresentam uma versão que meus interlocutores dizem ser alheia a sua realidade, uma visão que toma como ponto de partida a sua deficiência e os próprios sujeitos querem ser vistos para além de *déficit* da surdez e não se percebem enquanto “diferentes”, que é um lugar que historicamente foram colocados.

O discurso capacitista está latente na sociedade atual, e não representa somente uma prática antiga, e isso pode ser observado na fala de meus interlocutores, pois seus relatos mostram a falta de preparo de profissionais da saúde em lidar com as pessoas surdas e conseqüentemente ocorrem situações de exclusão, onde estes se sentem as margens da sociedade.

Nesse sentido, a associação assume um papel de luta e busca pela garantia dos direitos das pessoas surdas, pois atuam na frente de diminuir as barreiras enfrentadas desde a busca por um emprego, receber um atendimento mais adequado na saúde, ter um intérprete de Libras em sala, assim como a promoção de cursos de Libras para a inserção de ouvintes no espaço inclusivo.

A antropologia passa a ver as pessoas com deficiência de forma geral a partir de um prisma social, onde rompe com a visão holística do corpo enquanto deficiente e das práticas de ensino no ambiente escolar e assume uma perspectiva integral, que analisa o sujeito a partir de como ele está na sociedade

e passa a compreender qual o discurso produzido pelo próprio sujeito e o entende enquanto plural e diverso. A diferença no campo da antropologia é vista como um fator de distinção dos sujeitos e algo que também é tido como parte da identidade.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. C. B. F. **Abordagem socioantropológica da surdez, Língua de Sinais e Educação Bilíngue:** uma perspectiva histórica e cultural. Obutchénie. Revista De Didática E Psicologia Pedagógica, 2020. Disponível em <<https://seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/58434>>. Acesso em 30 set 2022.

BIGOGNO, Paula Guedes. **Cultura, Comunidade e Identidade Surda: O Que Querem Os Surdos?.** Segunda Jornada de Ciências Sociais, 2013. Anais da Segunda Jornada de Ciências Sociais da Universidade Federal de Fora, 2014.

BIGOGNO, Paula Guedes. **Você é Surdo ou Ouvinte?:** Etnografia com Surdos em Juiz de Fora – MG. Universidade Federal de Juiz de Fora - Programa De Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 27 nov 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Lei de Libras - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de abril de 2002. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em 20 set 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002. Ministério da Educação – Brasília, 2005. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 10 jun 2022.

BRASIL. **Lei de diretrizes e Bases da Educação n.º 12.796,** de 04 de abril de 2013. Ministério da Educação – Brasília, 2013. Disponível em <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12796&ano=2013&ato=69dMTQU50MVpWTb0b>>. Acesso em 20 set 2022.

BRITO, Fábio Bezerra de. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais.** Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - São Paulo: s.n., 2013. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-03122013133156/publico/FABIO_BEZERRA_DE_BRITO.pdf>. Acesso em 12 dez 2022.

CAMPOS, Ronaldo Manasses Rodrigues. **ECOS DO SILÊNCIO: como se forma a identidade dos surdos na sociedade ouvinte no Amapá?.** 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal/RN. 2014. Disponível em <<http://www.29rba.abant.org.br/trabalho/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czoZNDoiYToxOntzOjExOiJJRF9UUKFCQUxlTyl7czoyOiI4OCi7fSI7czoxOiJoljtzOj>>

[MyOilxYzkzNGUzYjg3ZDQ0MGUzYWY2NjI1Njg5NDU1ZjNiZCI7fQ%3D%3D>](#). Acesso em: 23 fev 2022.

CARDOSO, Adriane Helena Alves; RODRIGUES, Karla Gomes; BACHION, Maria Márcia. **Percepção da pessoa com surdez severa e/ou profunda acerca do processo de comunicação durante seu atendimento de saúde.** Revista Latino-americana de Enfermagem. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/rlae/a/p5jqym3LKHPTLd7VDFfnhZL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 ago 2023.

CHAVEIRO, Neuma; PORTO, Celmo Celeno; BARBOSA, Maria Alves. **Relação do paciente surdo com o médico.** Rev Bras Otorrinolaringol, 2009. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/rboto/a/g8Y96kcNmtxPLZTHh9Zh5bB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 04 set 2023.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família:** sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

COSTA, Maria Claudia Lara. **Surdos no plural:** uma etnografia de sociabilidades e experiências de surdos na cidade de Curitiba. Curitiba, 2010. Disponível em < <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/49400> >. Acesso em 20 nov 2021.

DIAS, A. Pensar a deficiência, algumas notas, e se me permitem um convite. In: ALLEBRANDT, D.; MEINERZ, N. E.; NASCIMENTO, P. G. (org.). **Desigualdades e políticas da ciência Florianópolis:** Casa Verde, 2020.

FIETZ, Helena Moura. **Antropologia e deficiência:** uma conversa com Rayna Rapp e Faye Ginsburg. Espaço Aberto (Open Space) - Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 28, n. 64, p. 357-382, set./dez. 2022. Disponível em < <https://journals.openedition.org/horizontes/6778>>. Acesso em: 20 mai 2023.

FURTUOSO, Patrícia; GIRALDELLI, Taís Renata Maziero. **Educação Bilíngue No Brasil:** história e desafios. Anais do XVIII SEDU - I Congresso Internacional de Educação Contextos Educacionais: formação, linguagens e desafios. Londrina - PR, 2019. Disponível em <<http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/Anais/2019/EIXO%204/2.%20EDUCACAO%20BILINGUE%20NO%20BRASIL%20HISTORIA%20E%20DESAFIOS.pdf>>. Acesso em 10 jan 2023.

GEDIEL, Ana Luisa. **Falar Com a Mãos e Ouvir com os Olhos?**a corporificação dos sinais e os significados dos corpos para os surdos de Porto Alegre. (Tese de Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, 2010. Disponível em <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj3iM2f7Mv7AhXUqJUCHUIBCo04ChAWegQIERAB&url=https%3A%2F%2Fwww.lume.ufrgs.br%2Fbitstream%2Fhandle%2F10183%2F78198%2F000>>

[896335.pdf&usg=AOvVaw3jhiDVnXsvNnykVwpx7QdL>](#). Acesso em 10 set 2022.

GEDIEL, A. L. B.; MOURÃO, V. L. A.; MIRANDA, I. M. **A Inclusão e suas práticas aspectos socioantropológicos da produção de materiais pedagógicos inclusivos para Surdos**. Anuário antropológico, v. 44, n.1, 2019.

GUARINELLO, Ana Cristina; BERBERIAN, Ana Paula; EYNG, Daline Backes; VIDAL FESTA, Priscila Soares; MARQUES, Jair Mendes; BORTOLOZZI, Kyrlia Bartira. **A disciplina de libras no contexto de formação acadêmica em fonoaudiologia**. Revista CEFAC, 2013. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rcefac/a/Ckdv87ZYHjqJDTV98xtpMjb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 02 set 2023.

KUMADA, Kate Mamhy Oliveira. **Acesso do surdo a cursos superiores de formação de professores de Libras em instituições federais**. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - São Paulo: s. n., 2017. Disponível em <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29032017-112901/pt-br.php>>. Acesso em 12 ago 2023.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos**. Caderno Cedes, vol. 19, n 46. Campinas, 1998.

LOPES, Alberto. **Charles Michel de l'Épée, o pai da educação pública para surdos**. El País, 2018. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/cultura/1543042279_562860.html>. Acesso em 18 fev 2023.

LOPES, Pedro. **Deficiência como categoria analítica: Trânsitos entre ser, estar e se tornar**. In: Apresentação: Perspectivas antropológicas sobre deficiência no Brasil. Anuário Antropológico volume 44, n.1, 2019.

LOPES, Pedro. **Debatendo Deficiência: ser, estar, tornar-se?** Questionamentos a respeito do uso de uma categoria. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal/RN. 2014. Disponível em <<http://www.29rba.abant.org.br/trabalho/view?q=YTToyOntzOjY6lnBhcmFtcyl7czoZNDoiYToxOntzOjExOiJJRF9UUkFCQUxlTyl7czoyOil4OCi7fSI7czoxOiJoljtzOjMyOilxYzkzNGUzYjg3ZDQ0MGUzYWY2NjI1Njg5NDU1ZjNiZCI7fQ%3D%3D>>. Acesso em: 23 fev 2022.

LOPES, Pedro. **Deficiência na Cabeça: convite para um debate com diferença**. Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 28, n. 64, p. 297-330, set./dez. 2022. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ha/a/pFRm9gWbzYMTThQ5XKMqgbCN/#:~:text=e%20seu%20convite%20%C3%A0%20reflex%C3%A3o,2020>>. Acesso em: 10 jun 2023.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **"Vai ter música?"**: para uma antropologia das festas juninas de surdos na cidade de São Paulo. Ponto Urbe

- Revista do núcleo de antropologia urbana da USP. São Paulo, 2007. Disponível em <<https://repositorio.usp.br/item/001774844>>. Acesso em 27 fev 2022.

MELLO, Anahí Guedes de; AYDOS, Valéria; SCHUCH, Patrice. **Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência**. Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 28, n. 64, p. 7-29, set./dez. 2022. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ha/a/tvSdXddtyn4vNzwtTRFXLNp/?lang=pt>>. Acesso em: 26 mai 2023.

MOREIRA, LMA. **Deficiência intelectual: conceitos e causas**. In: Algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual. 3rd ed. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em <<https://books.scielo.org/id/7z56d/pdf/moreira-9788523211578-06.pdf>>. Acesso em 01 mar 2023.

NASCIMENTO, S. P. F.; COSTA, M. R. **Movimentos surdos e os fundamentos e metas da escola bilíngue de surdos: contribuições ao debate institucional**. Educ. rev., n. esp-2, 2014. Disponível em <>. Acesso em 30 nov 2022.

OLIVIER, M. *The Social Model in Action: if I had a hammer*. In: Barnes, Colin; Mercer, Geof. (Eds.). **Implementing the Social Model of Disability: Theory and Research**. Leeds, UK. The Disability Press, 2004. Disponível em <<http://www.leeds.ac.uk/disabilitystudies/archiveuk/Barnes/implementing%20the%20social%20>> Acesso em: 10 jul 2023.

PADDEN, Carol; HUMPHRIES, T. **Deaf in América: voices from a culture**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

PEREIRA, Éverton Luís. **Construção de diferenças entre surdos e ouvintes (mudos e falantes) na comunidade de Várzea Queimada, Jaicós, Piauí, Brasil**. 29a Reunião Brasileira de Antropologia. Natal/RN, 2014. Disponível em <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402014608_ARQUIVO_artigo_Everton_Pereira_ABA_2014.pdf>. Acesso em 20 jun 2022.

PEREIRA, Jaqueline de Andrade; SARAIVA, Joseana Maria. **Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social**. SER Social, Brasília, 2017. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14677>. Acesso em: 22 nov 2022.

PICCOLO, Gustavo Martins. **Contribuições Antropológicas aos Estudos da Deficiência**. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.28, e0099, p.105-120, 2022. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/QmSnVJXYkHDvBNpbH6ZwZNn/>>. Acesso em: 02 jul 2023.

RAPP, Rayna; Faye, GINSBURG. **Disability Worlds**. AN42CH04-Ginsburg ARI - *The Annual Review of Anthropology*, 2013.

ROSA, Carmelita Gomes; BARBOSA, Maria Alves; BACHION, Maria Márcia. **Comunicação da equipe de enfermagem com deficiente auditivo com surdez severa: um estudo exploratório**. Revista Eletrônica de Enfermagem

[seriado online], 2000. Disponível em <<http://www.fen.ufg.br/revista>>. Acesso em: 15 ago 2023.

SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. **Cultura e identidade surdas:** encruzilhada de lutas sociais e teóricas. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 565-582, Maio/Ago. 2005. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/es/a/hxDxvJQjCZY8MCdBGLqGNnK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 jul 2023.

SANTOS, C. B. F.; LACERDA, L. F. **Tenho um aluno surdo e agora?** Introdução á Libras e educação dos surdos. São Paulo: EdUFScar, 2013.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 24^a ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2002.

SILVA, César Augusto de Assis. **Entre a deficiência e a cultura:** análise etnográfica de atividades missionárias com surdos. (Tese de doutorado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-13102010-144632/en.php>>. Acesso em: 18 out 2022.

SILVA, Viviane Aparecida da; CARMO, Anderson Braga do. **Práticas Ouvintistas de Silenciamento das Línguas de Sinais:** análise discursiva das atas do congresso de Milão de 1880. In: Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual de Goiás (UEG), 2023, Quirinópolis. Anais do Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual de Goiás. Quirinópolis: Universidade Estadual de Goiás, 2023, v. 3. Disponível em < https://www.anais.ueg.br/index.php/sepe_sudoeste/article/view/16020/12758 >. Acesso em: 20 out 2023.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 1999.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos.** UFSC, Florianópolis, 2009.

THOMA, Adriana da Silva; Educação de surdos: dos espaços e tempos de reclusão aos espaços e tempos inclusivos. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini. (Org.). **A invenção da surdez II:** espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura sociológica:** objetividade, paixão, improvisado e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIEIRA, Eliane Telles de Bruim; RODRIGUES, José Raimundo; OLMO, Katiúscia Gomes Barbosa; MACHADO, Lucylene Matos da Costa Vieira. **As Atas Oficiais de Milão (1880):** e a necessária reescrita da história das práticas

de educação de surdos. In: Seminário Nacional de Educação Especial, VI., Seminário Capixaba de Educação Inclusiva, XVII., 2020, online. Anais do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2020, v. 3. Disponível em < <https://periodicos.ufes.br/snee/issue/view/1281>>. Acesso em: 12 nov 2023.